



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 030

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 38ª SESSÃO, EM 11 DE ABRIL DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Encaminhando informações prestadas pelo Ministério das Minas e Energia em atendimento ao Requerimento nº 271/84, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco.

1.2.2 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 54/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estabelece valores para as bolsas de estudos distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE).

1.2.3 — Requerimento

Nº 67/85, de autoria do Sr. Senador Fábio Lucena, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do texto de telex, dirigido pelo jornalista Hélio Fernandes ao Presidente da ABI, Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

1.2.4 — Comunicações das Lideranças do PDS e do PFL

De substituições de membros em Comissões Permanentes

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR FÁBIO LUCENA — Discriminação contra o Jornal Tribuna da Imprensa por parte do Governador Leonel Brizola. Proposta do Governo Federal para o Sulbrasilero.

SENADOR ROBERTO WYPYCH — Saudação aos Srs. Senadores e propósitos que animam S. Exª

para o desempenho do mandato de Senador pelo Estado do Paraná.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO, como Líder — Demissão de jornalistas da EBN.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Homenagem de pesar pelo falecimento de Cora Coralina.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 68/85, de autoria do Sr. Senador Nivaldo Machado, solicitando voto de congratulações com a Arquidiocese de Olinda e Recife, pela nomeação de Dom José Cardoso Sobrinho, para substituir Dom Helder Câmara.

— Nº 69/85, de autoria do Sr. Senador José Ignácio Ferreira e outros Srs. Senadores, solicitando que em 9 de maio do corrente ano seja realizada Sessão Especial para comemorar os 40 anos da vitória das forças aliadas sobre o totalitarismo nazi-fascista.

— Nº 70/75, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei nº 101/84. **Deferido.**

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 6/81 (nº 237/79, na Casa de origem), que fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 15/85, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce. **Apreciação adiada por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 37/85.**

— Requerimento nº 57/85, requerendo urgência para o Ofício S/2, de 1985, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de crédito externo no valor de cinquenta milhões de dólares. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 58/85, solicitando urgência para o Ofício S/8, de 1985, através do qual o Prefeito municipal de Anápolis (GO) solicita autorização do Senado para que aquela prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 26/79, que acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 2/80, que dispõe sobre a escola e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 340/80, que acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzido, com remuneração proporcional. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 18/80, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico. (Apreciação preliminar da Constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 320/80, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Adiamento da votação do Requerimento nº 69/85, lido no Expediente.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO — Análise sobre proposta do Governo Federal para o Sulbrasil e Habitasul.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Proposta de campanha de âmbito nacional sobre a paternidade responsável.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Realização de eleições municipais no corrente ano.

SENADOR LENOIR VARGAS — Reivindicações do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina.

SENADOR ODACIR SOARES — IV Congresso Nacional do Sindicato dos Estivadores do Estado de Rondônia, ocorrido em Brasília.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da Próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 39ª SESSÃO, EM 11 DE ABRIL DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 64, de 1985, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Preservar a Constituição", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 9 de abril de 1985. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 207/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui a *Semana do Jovem* e dá outras providências. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

2.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Nivaldo Machado, proferido na sessão de 9-4-85

4 — RETIFICAÇÃO

Ata da 22ª Sessão, realizada em 25-3-85.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 38ª Sessão, em 11 de abril de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Fragelli, Enéas Faria e Martins Filho.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 245/85, de 10 do corrente, encaminhando informações prestadas pelo Ministério das Minas e Energia em atendimento ao Requerimento nº 271, de 1984, de

autoria do Senador Itamar Franco, formulado com a finalidade de obter esclarecimentos junto à Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, referentes às greves ocorridas em Paulínea, Mataripe e às sindicâncias do desastre ocorrido em Vila Socó, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 1985

Estabelece valores para as bolsas de estudos distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho Administrativo do Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) fixará, anualmente, os valores das bolsas distribuídas a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

Art. 2º As bolsas de estudos terão o mesmo valor fixado para as anuidades da rede particular de ensino, nas várias regiões do País.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Serviço Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) tem por finalidade propiciar ensino a trabalhadores sindicalizados, empregados de entidades sindicais, de todos os graus e categorias, seus filhos e dependentes nas quatro últimas séries do 1º grau e em todas as séries do 2º grau, bem como no ensino superior em carreiras prioritárias, seja através de bolsas ou sob modalidade outra de apoio financeiro julgado mais conveniente.

As bolsas de estudos constituem auxílio ao custeio das despesas essenciais à educação, aos gastos de alimentação, material, vestuário, transporte, assistência médica e odontológica.

No entanto, atualmente, o conselho administrativo, que é órgão máximo na organização do PEBE, decide sobre o montante da bolsa a ser concedida a cada candidato tendo em vista as suas necessidades e os critérios são, geralmente, muito subjetivos, não raro inadequados, injustos.

Tal a razão pela qual propomos que as bolsas passem a ter por base o mesmo valor fixado para as anuidades da rede particular de ensino, máxime tendo em vista que quem fixa os valores dessas anuidades é o próprio Governo.

Salá das Sessões, 11 de abril de 1985. — Nelson Carneiro.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 67, DE 1985

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requiero a transcrição, nos Anais do Senado, do texto do telex anexo, dirigido pelo jornalista Hélio Fernandes ao Presidente da ABI, Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Sala das Sessões, 11 de abril de 1985. — Fábio Lucena,

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — O requerimento que vem de ser lido será publicado e remetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

10 de abril de 1985.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 86 do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição nas seguintes Comissões Permanentes do Senado Federal:

— Comissão de Municípios, o nobre senhor Senador Amaral Furlan passa a ocupar, como Titular, em substituição ao nobre senhor Senador Lomanto Júnior;

— Comissão de Saúde, o nobre Senhor Senador Amaral Furlan passa a ocupar, como Titular, em substituição ao nobre senhor Senador Lomanto Júnior.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e distinta consideração. — Murilo Badaró Líder do PDS.
10 de abril de 1985

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 86 do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição nas seguintes Comissões Permanentes do Senado Federal:

— Comissão de Relações Exteriores, o nobre senhor Senador Carlos Lyra passa a ocupar a Suplência, em substituição ao nobre senhor Senador Nivaldo Machado;

— Comissão de Agricultura, o nobre senhor Senador Nivaldo Machado passa a ocupar a Suplência, em substituição ao nobre senhor Senador Carlos Lyra.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e distinta consideração. — Carlos Chiarelli Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: encaminhei à Mesa requerimento pedindo transcrição nos Anais do Senado de texto de telex encaminhado pelo jornalista Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, ao Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

O Governador do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, exige a demissão do jornalista Sebastião Nery da *Tribuna da Imprensa*. Por isso cortou a publicidade do Estado do Rio de Janeiro ao *Jornal de Hélio Fernandes*.

Diz o jornalista:

“Dr. Barbosa, esta é uma comunicação simples, não é um pedido, uma solicitação de interferência, nada, nada! É apenas uma constatação melancólica e deplorável, se é que faltava esta constatação, a respeito do Governador que foi eleito por um terço do Estado do Rio, o Sr. Leonel Brizola. Desde que tomou posse, até janeiro de 1985, toda a publicidade que saía no *Jornal do Brasil* e no *Globo* saía também na *Tribuna da Imprensa*, na *Última Hora*, no *O Dia*, no *Jornal do Comércio* etc. O Governador me declarou num dia de entusiasmo: se tiver que haver discriminação será a favor da *Tribuna* e não contra ela. Não houve favorecimento, mas nenhuma discriminação. Tendo o Governador Brizola brigado com o jornalista Sebastião Nery, começaram os atritos com o jornal. Comecei, então, a fazer críticas também ao Governador. E ele, como todo falso democrata, a primeira coisa que fez foi mandar cortar a publicidade da *Tribuna*. Ora, se durante 22 meses a *Tribuna* era um bom veículo para o Governo, por que, subitamente, deixou de ser esse bom veículo e passou a ser dispensável? Simplesmente porque o caudilho, ditador e arbitrário como regimes militares, não pode admitir críticas de quem quer que seja, ele é intocável e intocado, jamais erra. E, como não

erra, é incapaz de admitir um debate, uma discussão, uma crítica por menor que seja.

Sr. Presidente, deixo o texto como lido e peço a V. Exª que, por ocasião da discussão e votação, solicite ao Sr. Secretário que proceda a sua leitura, pois por premência de tempo um outro assunto me traz à Tribuna.”

Srs. Senadores, em nome do Amazonas, transmito da Tribuna do Senado Federal a irrestrita e incondicional solidariedade do povo amazonense ao bravo povo do Rio Grande do Sul. Solidariedade amazônica, fraternal e brasileira, aos revolucionários de Farroupilhas, que sedimentaram o ideal republicano cinquenta anos antes da Proclamação da República em nosso País.

Saúdo os nossos irmãos gaúchos, os pioneiros peões da ocupação do Rio Grande do Sul, de onde se irradiaram para a Pátria inteira os mais nobres exemplos de coragem, de civismo e de patriotismo. Saúdo-os e com eles me solidarizo em nome do Amazonas, neste momento dramático em que sofrem pressões, as mais descabidas, as mais soezes, contra as legítimas reivindicações do seu povo heróico, sofrido, batalhador e, sobretudo, vencedor.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao caso dos conglomerados do Sulbrasil e do Banco Habitasul, para recordar que o Banco da Província do Rio Grande do Sul, fundado em 1858, dois anos depois do Amazonas ter sido separado por decreto do Imperador D. Pedro II, da província do Pará, na época em que o Paraná ainda integrava a capitania de São Paulo, para recordar que a força criacional, que o empreendimento empresarial gaúcho, representado historicamente pelo Banco da sua província, tem esta tradição de combate, tradição de serviço à Pátria, hoje, e a partir de hoje, colocados em julgamento perante o Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é preciso distinguir bem as situações, o caso em foco, o caso do Banco Sulbrasil. Não é problema particular do Rio Grande do Sul, é um problema que transcende para o Nordeste e que atinge o extremo norte do meu Estado, porque é uma questão que envolve a capacidade empresarial do povo brasileiro. Desejo rechaçar, e o faço com respeito, mas com veemência, a campanha de instilação de desarmonia nacional, que vem sendo promovida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que, sistematicamente, vem tentando lançar os nordestinos contra os gaúchos, na tentativa e no objetivo de disseminar talvez a discórdia dentro da Nação brasileira, dando a entender à opinião pública brasileira que o caso do Sulbrasil, em não sendo resolvido, estaria colocando o Rio Grande do Sul como o fiel da balança do funcionamento da Federação brasileira.

Rechaço, com respeito, mas com veemência, o editorial ontem publicado pelo grande jornal paulista, em que faz referência à Guerra dos Farrapos, que durou 10 anos, mas que não teve o objetivo de seccionar internamente a nossa Pátria. Pelo contrário, a história o demonstrou que a Guerra dos Farrapos, como exemplo de integração nacional, como exemplo de civismo e sobretudo, como alicerces sedimentados do regime republicano, permanecerá, ao longo dos séculos, no coração e na consciência de todos os brasileiros. Gostaria de apelar aos diretores do jornal *O Estado de S. Paulo*, à família do Dr. Júlio de Mesquita Neto, que há mais de 100 anos dirige aquele tradicional jornal paulista, a fim de que use sua força, use o seu poder junto à opinião pública nacional para unir os brasileiros. E não, Sr. Presidente, como está acontecendo presentemente, para lançar irmãos do Nordeste sofrido contra sofridos irmãos do Sul.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Ouço V. Exª, nobre Senador Octávio Cardoso.

O Sr. Octávio Cardoso — Nobre Senador Fábio Lucena, devo, em nome do meu estado, agradecer a corajosa manifestação de V. Ex^a, tanto mais valiosa quanto insuspeita pela circunstância de ser V. Ex^a um ilustre representante do Estado do Amazonas e não do Rio Grande do Sul, que tanto honraria se fosse representante gaúcho. V. Ex^a enfoca muito bem neste episódio do Sulbrasileiro e do Habitasul. Não há que estabelecer o antagonismo entre o Sul rico, como se diz, e o Nordeste sofrido, que merece a solidariedade de todos os rio-grandenses. O que acontece é que o Estado do Rio Grande do Sul viu-se envolvido numa crise imensa de ordem social e econômica, pela derrocada de dois de seus estabelecimentos de crédito, e especialmente de um deles, pela amplidão de sua rede de assistência, a sua rede bancária. Então, não se cogita, efetivamente, de tirar recursos de nordestinos sofridos da seca ou assolados pelas cheias, para socorrer a economia de um Estado rico; não é disso que se trata, e V. Ex^a tem toda a razão. Trata-se de um conglomerado que foi levado à ruína por circunstâncias que ainda estão sendo investigadas, quer no âmbito desta Casa, onde funciona uma CPI, quer no âmbito do Executivo, onde instalou-se um inquérito administrativo. Mas o fato é que a cessação das atividades desses dois bancos causaram um impacto enorme na economia do Estado do Rio Grande do Sul e uma apreensão que põe em risco o próprio sistema bancário nacional. Enganam-se aqueles que dizem que 900 bilhões de cruzeiros é muito dinheiro para recuperar dois bancos, pois custará muito mais liquidar esses dois bancos e assistir a outros para que não incorram no mesmo processo de intervenção ou de liquidação extrajudicial. Trata-se mais — e V. Ex^a sabe e tem proclamado — trata-se de uma aplicação de dinheiro com retorno a curto prazo, que visa reativar duas redes bancárias, garantir empregos e sustentar a economia de um Estado. Portanto, não são recursos a fundo perdido, não são recursos que se tira de alguma região sofrida para dar-se a uma região mais privilegiada. Mas, acima de tudo, louvo a coragem de V. Ex^a e, sobretudo, a solidariedade que distingue o seu caráter, compreendendo muito bem e tendo a coragem de proclamar os interesses de uma região e a censurar interesses que, talvez, não possam ser confessados. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sou eu quem agradeço, nobre Senador, recordando a V. Ex^a que, no caso, a coragem eu a entendo na sábia lição de Hans Kelsen, na sua teoria pura do Direito; no caso, a coragem não é apenas um dever moral, é uma obrigação jurídica.

Também não aceito, Srs. Senadores, o argumento do Sr. Ministro da Fazenda, que me parece falso, falacioso, quando S. Ex^a afirma que é conveniente recordar o notório repúdio da sociedade, pela aplicação de recursos governamentais na recuperação de instituições financeiras mal administradas. E enfatiza o Sr. Ministro que é igualmente notória a condenação da sociedade, a intervenção do Estado na economia privada para assumir a administração de empreendimentos comerciais.

Em absoluto, Sr. Presidente, não há como confundir um empreendimento como o Sulbrasileiro, um caso com deploráveis escândalos econômico-financeiros que estão sob a atual alçada e investigação do Ministério Público Federal. Não se pode confundir o caso, por exemplo, da Coroa Brastel, para mencionar apenas um, como o caso Sulbrasileiro. Não se pode admitir que o Coronel Hélio Prates da Silveira, ex-diretor do conglomerado gaúcho, que em outubro do ano passado participou de uma conferência do Banco Mundial, em companhia do ex-Ministro Ernani Galvêas, não tenha tido a sua prisão preventiva solicitada pelo Sr. Ministro Francisco Dornelles, como não se pode admitir, Sr. Presidente, que não estejam sendo apurada, pelas leis penais em vigor no País, a responsabilidade de ex-ministros e de todos os responsáveis pelo malogro dos conglomerados do

Sulbrasileiro e do Banco Habitasul. Não se pode estabelecer esta conclusão sob pena de se confundir os atos irresponsáveis do Governo passado com a responsabilidade que o atual Governo pretende impor a todas as suas iniciativas.

Nesse sentido, é preciso dissociar bem a questão porque, por entre suas arestas, o que se quer salvar é a capacidade empresarial do povo gaúcho, como exemplo ao potencial empresarial de todo o País, sobretudo do Estado de São Paulo, o mais poderoso economicamente Estado da Federação brasileira, que hoje detém 50% do Produto Interno Bruto do nosso País. Esta capacidade empresarial não pode ser confundida com a irresponsabilidade de administradores relapsos, que tiveram a protegê-los e a acobertá-los o manto da impunidade que caracterizou o Governo que dominou autoritariamente este País, ao longo dos vinte e um anos. Não, Sr. Presidente. Basta o argumento de que o Banco Central é avalista de um empréstimo externo de 200 milhões de dólares, contratado pelo Banco Sulbrasileiro, para demonstrar que o Governo anterior foi conivente nesta situação de catástrofe — catástrofe e cataclismo que não atinge apenas um setor empresarial, mas que ameaça com suas graves consequências os setores sociais, representados em todo o País, onde o Banco Sulbrasileiro possui suas agências, por milhares de bancários, de funcionários que nada têm que ver com a irresponsabilidade dos dirigentes daqueles dois conglomerados.

Se os conglomerados forem levados à liquidez como manda a lei, é preciso observar, como hoje fez o eminente Deputado Victor Faccioni, do PDS gaúcho, no programa "Bom Dia Brasil" da TV Globo, é preciso observar que não existe solução de mercado para o Banco Sulbrasileiro, enquanto solução de mercado existe para o Banco Habitasul. O que se pretende com o Sulbrasileiro é permitir que, antes da liquidação extrajudicial prevista em lei, seja o banco agarrado pelos tentáculos de estabelecimentos bancários multinacionais, uma vez que nem mesmo os poderosos bancos paulistas, à frente o BRDESCO e o Banco Itaú, se dispuseram em apresentar solução de mercado para a compra das ações do Banco Sulbrasileiro.

E não se trata de tapar buraco, como se alega irresponsavelmente, não se trata de tapar o buraco de uma empresa gaúcha à custa da desgraça de nordestinos ou de nortistas deste País.

Não, Sr. Presidente! Pior, não direi pior, o grande crime contra o Nordeste começou com a irresponsabilidade da Rodovia Transamazônica, quando o ditador deste País, General Garrastazu Médici, retirou criminosamente 30% dos incentivos fiscais da SUDENE para atirar ao lamaçal da Amazônia, enterrando dinheiro na terra amazônica, construindo uma estrada que hoje não serve nem sequer para caminho de tamanduás na minha região.

Aí começou o grande crime contra o Nordeste, que prossegue até hoje, enquanto os Senadores do Nordeste, em número de 27 na Câmara Alta do País, não exigirem do Poder Central da República o poder de decidirem a respeito dos destinos da Região Nordeste.

Não se trata de tapar buraco, Sr. Presidente, porque a lei, em boa oportunidade encaminhada pelo Presidente José Sarney ao Congresso Nacional, é muito clara em seu art. 8º ao preceituar:

Art. 8º O Poder Executivo promoverá, no prazo máximo de doze meses a contar da data do levantamento da intervenção, a venda, mediante oferta pública, de ações que assegurem o controle das sociedades de que trata o artigo 1º.

Cai por fora, por conseguinte, a falácia da estatização. O Governo Federal não está pretendendo, em absoluto, estatizar o Banco Sulbrasileiro e o outro conglomerado.

Se estivesse, não haveria esta prescrição do parágrafo 2º, do art. 8º, que leio:

§ 2º As ações referidas neste artigo não poderão ser adquiridas por pessoas jurídicas de direito público ou sociedades sob seu controle, nem por pessoas naturais ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no Exterior, ou sociedades sob seu controle.

Observem, Srs. Senadores, que no prazo de 12 meses o Governo Federal promoverá a venda, mediante oferta pública, das ações dos conglomerados gaúchos e, decorrido esse prazo, o próprio projeto proíbe que pessoas jurídicas de direito público, isto é, que bancos estatais, isto é, que o Banco do Brasil e o Banco Central possam, Sr. Presidente, adquirir em caráter definitivo as ações dos conglomerados gaúchos. Não é estatização, não é tapamento de buraco. Pelo contrário, porque só o aval que o Banco Central contraiu para garantir o empréstimo externo do Sulbrasileiro no exterior, de duzentos milhões de dólares, representa, pela atual taxa do dólar em vigor, a astronômica importância de um trilhão e trezentos bilhões de cruzeiros, simplesmente quatrocentos bilhões a mais do que prevê o investimento e não o tapamento de buraco estabelecido pelo projeto de lei que o Governo Federal, agora, num estado de direito e não dentro das trevas do autoritarismo, submete à lúcida apreciação do Congresso Nacional e não ao Conselho Monetário Nacional, que se reunia em cloacas, que se reunia não se sabe mais em que cisternas. O que se sabe, Sr. Presidente, é que a sociedade brasileira era informada dessas reuniões após suas decisões terem todas sido tomadas.

Não, Srs. Senadores, é o Congresso Nacional o juiz desta questão que diz íntimo respeito a nossa nacionalidade, e capaz de repelir esta campanha perniciosa, sub-reptícia, maligna e malsã, de pretender instilar divisionismos por entre o povo brasileiro. O que o Congresso Nacional — o Senado e Câmara deve fazer, e creio, tenho certeza, o fará, é analisar a questão sob o ponto de vista, em primeiro lugar, da lei; em segundo lugar, da capacidade empresarial de um povo, que está em jogo e, em terceiro lugar, das graves repercussões sociais que esta questão poderá trazer para todos os segmentos da sociedade brasileira.

O Sr. Milton Cabral — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Com muita honra, nobre Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral — Meu caro Senador, a brilhante exposição de V. Ex^a, feita até com a veemência que caracteriza sempre os pronunciamentos de V. Ex^a, me leva a crer que V. Ex^a tenta justificar a proposta do Governo a respeito do Sulbrasileiro.

O SR. FÁBIO LUCENA — Certo.

O Sr. Milton Cabral — Na realidade, o Governo está fazendo uma proposta ao Congresso Nacional. E quanto a isto não há a menor dúvida. O Ministro da Fazenda e o Presidente da República enfatizam este detalhe: trata-se de uma proposta e não, digamos, de uma questão fechada, para permitir que o Congresso examine a matéria com a mais absoluta isenção. Mas, a despeito da brilhante defesa de V. Ex^a, nobre Senador, eu tenho sérias dúvidas com relação à medida proposta, porquanto, na própria legislação atual o Governo dispõe de remédios para dar solução a esse problema. Na realidade, a grandes questões em torno do Sulbrasileiro é a questão social: o que fazer com vinte e tantos mil empregos? Mas, o Governo, com os instrumentos da legislação atual poderia, perfeitamente, mobilizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a rede privada nacional, para que estas instituições

assumissem as agências desse conglomerado, com a obrigatoriedade de também ficar com o pessoal. Eu não vejo problema grave, difícil, inexecutável, com relação ao aproveitamento do pessoal. O que eu acho grave, e realmente grave, e se lançar mão de verbas de contingência, destinadas a calamidades públicas, a calamidades que acontecem de norte a sul do País, e com frequência. E não é o caso. O problema do Sul brasileiro não é de calamidade, não é seca, nem inundação. É um problema meramente econômico, que no final das contas, há um interesse enorme, sobretudo dos investidores, dos aplicadores de dinheiros nesse banco que desejam ver suas economias ressarcidas, porque, lamentavelmente, eles a confiaram a um banco mal administrado. Mas, para não me estender no aparte, repito ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a, eu quero apenas me manifestar que continuo com sérias dúvidas com relação à justiça dessa proposição.

(O SR. PRESIDENTE faz soar a campainha.)

O SR. FÁBIO LUCENA — As dúvidas de V. Ex^a podem proceder, nobre Senador. Vou concluir, Sr. Presidente, já que V. Ex^a aciona a campainha, advertindo-me que o meu tempo está esgotado.

O Sr. Alexandre Costa — Permite V. Ex^a um aparte, antes de concluir o seu pronunciamento?

O SR. FÁBIO LUCENA — O meu tempo está esgotado nobre Senador...

O Sr. Alexandre Costa — O Presidente não vai se negar. É apenas para fazer um reparo.

O SR. FÁBIO LUCENA — As dúvidas de V. Ex^a, nobre Senador Milton Cabral, podem ser procedentes. Não discuto as razões da procedência, mas a proposta para que o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica absorva os desempregados do Sul brasileiro, que são a resultante do conjunto de forças desse sistema e não as componentes do sistema bancário do Rio Grande do Sul, esta proposta, com todo o respeito a V. Ex^a, equivale a que se proponha que se mudem, que tirem do Nordeste todos os nordestinos, a fim de resolver os dramáticos problemas da Região Nordeste. Proposta, evidentemente, que não me traz nenhuma dúvida, proposta que eu condeno com toda a veemência possível.

Mas, Sr. Presidente, para cumprir o Regimento Interno, V. Ex^a sabe que sou um dos mais fiéis cumpridores do Regimento, peço-lhe apenas permissão para ouvir os apartes dos eminentes Senadores Alexandre Costa e Moacyr Duarte.

O Sr. Alexandre Costa — Nobre Senador Fábio Lucena, é uma alegria muito grande apartear V. Ex^a. V. Ex^a sabe que eu gosto de vê-lo falar, na sua veemência. Mas o meu aparte é somente para fazer um reparo. V. Ex^a falou na Transamazônica e disse que ela não existe para os nordestinos, houve um crime contra os nordestinos. Aí está o grande equívoco. Poder ter sido um crime contra o Norte de V. Ex^a, mas contra os nordestinos, nunca.

O SR. FÁBIO LUCENA — Não, V. Ex^a completou.

O Sr. Alexandre Costa — Mas contra os nordestinos nunca...

O SR. FÁBIO LUCENA — Também.

O Sr. Alexandre Costa — ... porque a Transamazônica existe em todo o Nordeste. Ela nasce na Paraíba...

O SR. FÁBIO LUCENA — Quero apenas dizer-lhe que o Nordeste não é a Amazônia. Estou falando em

Transamazônica evidentemente, na rodovia construída sobre a Região Amazônica, e não sobre o Nordeste. Construída com o dinheiro do Nordeste.

O Sr. Alexandre Costa — Não é com o dinheiro do Nordeste, nobre Senador. O dinheiro é dos incentivos fiscais, que, aliás, não são muito bem fiscalizados no Nordeste, sabe muito bem V. Ex^a. Foi retirado legalmente por lei, e muito bem retirado. Se houve erros, foi o de haver entrado com a Transamazônica lá na Amazônia de V. Ex^a, mas no Nordeste brasileiro é uma obra realizada que presta um dos melhores serviços ao Nordeste. Nasce na Paraíba, atravessa o Pernambuco, o Ceará de Virgílio Távora...

O SR. FÁBIO LUCENA — Permita-me, nobre Senador, essa é a Rodovia Transnordestina, e eu estou falando na Transamazônica. A divergência é esta.

O Sr. Alexandre Costa — Mas a Transamazônica não é a Transnordestina. Ela nasce em Cabedelo, a estaca zero é em Cabedelo, vai a Pernambuco, de lá vai ao Ceará de Virgílio, do Ceará vai ao Piauí de Helvidio, e que, por sinal, dá a honra de ter o entroncamento na terra natal do Senador Helvidio Nunes, que é Picos, de lá vai a Oeiras, indo até Floriano do Senador João Lobo, atravessa o Parnaíba e vai a Barão do Grajaú, já no meu Estado do Maranhão, e, de lá, até à boca, quando entra para o Norte, que é cidade de Porto Franco, no Estado do Maranhão. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço o aparte de V. Ex^a...

O Sr. Moacyr Duarte — V. Ex^a permite um aparte?

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Senador Fábio Lucena, o tempo de V. Ex^a está esgotado há oito minutos. Esse é um assunto palpitante, dois ou três eminentes Senadores desejam apartar V. Ex^a, porém, como a questão continuará ainda em debate, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. FÁBIO LUCENA — Srs. Senadores, tenho que cumprir o Regimento e, sobretudo, a advertência do Sr. Presidente.

Concluo, Sr. Presidente, enfatizando que todos são iguais perante a lei e que o problema do Sul brasileiro deve ser resolvidos em função dos interesses do povo brasileiro.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FÁBIO LUCENA EM SEU DISCURSO:

Sebastião Nery
Anexo 3 Gab. 279
Câmara dos Deputados — Brasília/DF
TLX 061 1164 1385 1657

Rio, 8 de abril de 1985.

Ilm^{as} Senhor Doutor
Barbosa Lima Sobrinho
Presidente da ABI.

Saudações,

Doutor Barbosa: esta é uma comunicação simples, não é um pedido, uma solicitação de interferência, nada, nada. É apenas uma constatação melancólica e deplorável (se é que faltava essa constatação) a respeito do governador que foi eleito por um terço do Estado do Rio, o Senhor Leonel Brizola. Desde que tomou posse até janeiro de 1985, toda a publicidade que saía no *Jornal do Brasil* e no *O Globo* saía também na *Tribuna*, na *Última Hora*, em *O Dia*, *Jornal do Comércio*, etc. O Governador me declarou num dia de entusiasmo: "Se tiver de haver

discriminação será a favor da *Tribuna* e não contra ela", não houve favorecimento. Mas nenhuma discriminação.

Tendo o Governador Brizola brigado com o jornalista Deputado Sebastião Nery, começaram os atritos com o jornal. Comecei então a fazer críticas também ao Governador, e ele, como todos falso democrata, a primeira coisa que fez foi mandar cortar a publicidade da *Tribuna*. Ora, se durante 22 meses a *Tribuna* era um bom veículo para o governo, porque subitamente deixou de ser esse bom veículo. Passou a ser dispensável? Simplesmente porque o caudilho, ditador e arbitrário como os regimes militares, não pode admitir críticas de quem quer que seja, ele é intocável e intocado, jamais erra. E como não erra, é incapaz de admitir um debate, uma discussão uma crítica por menor que seja. E a primeira coisa a fazer é golpear a empresa que imprime o jornal. Durante 20 anos fomos discriminados pelos regimes militares que proibiam qualquer publicidade na *Tribuna*. Lutamos pela democratização do País, nos arriscamos, temos as mais terríveis cicatrizes, mas o País como um todo (e o País, sem ninguém em particular por maiores que fossem as contribuições individuais) conseguiu pelo menos a eleição direta para governador. Só que no Rio de Janeiro elegemos um ditador que quer despedir jornalistas pelo simples fato de lhe fazerem críticas, a ele, um Deus acima de todas as coisas e de todas as pessoas.

Minhas informações eram taxativas, a ordem para cortar a publicidade da *Tribuna* partira do próprio Governador.

O que era mais do que óbvio, pois no governo do Estado do Rio ninguém tem autonomia para coisa alguma a não ser que esteja de acordo com o pensamento (?) do próprio Leonel Brizola. Telefonei então para o próprio Governador para obter a confirmação na própria fonte. E tendo ele confirmado a ordem, temos então um ditador que joga com o dinheiro do contribuinte para satisfazer os seus caprichos, ambições e vaidades. Foi ele mesmo que deu ordem para suspender a publicidade da *Tribuna*, até que nos enquadrássemos ou despedíssemos o jornalista-Deputado Sebastião Nery, o que nem nos passava pela cabeça e agora muito mais. Andre Gide confirmou certa vez: "Eu jamais pensei em ir a Sibéria. Mas se alguém disser que eu não posso ir a Sibéria, aí mesmo é que vou querer ir". Pois o meu caso é idêntico. Eu jamais pensei em demitir o Deputado-jornalista Sebastião Nery, pois agora que eu sei que esse é o desejo do Governador Leonel Brizola, aí então é que o jornalista-Deputado irá festejar os seus 100 anos de idade escrevendo na *Tribuna*.

Há mais e muito grave, Presidente, em várias reuniões da executiva do PDT, na presença das mais variadas pessoas e consignado em Ata, o Governador Leonel Brizola, afirmou com entusiasmo: "O jornalista Hélio Fernandes é um dos maiores jornalistas do País. Ele já prestou tantos serviços ao País, que daqui para a frente ele pode errar a vida toda, que não poderá ser responsabilizado, pois a sua atuação nos últimos 20 anos é realmente incrível". Isso foi ouvido, gravado, está na Ata e é repetido por muita gente do PDT. Mas bastou contrariar o caudilho, para sentir o peso da sua bota. Só que isso não me assusta, não me amedronta, só me dá mais ânimo para lutar ainda mais desassombadamente do que no passado.

Poderia continuar indefinidamente contando coisas fabulosas de cerco do Senhor Leonel Brizola a mim e a *Tribuna*. Antes, quando ele queria que eu fosse candidato a Deputado e depois a Senador pelo PDT, e não aceitasse de maneira alguma. Agora, quando me leva a estabelecer a censura num jornal que sempre resistiu a ela, para atender aos seus caprichos de homem sem convicções, sem princípios. Mas isso ele jamais conseguirá, e ele sabe disso, daí o seu desespero.

Torno a repetir: esta é apenas uma comunicação que eu precisava fazer à ABI e ao seu Presidente. Ela não é um documento particular e o Senhor poderá fazer dela o uso que mais convier ao interesse público.

Só não pode interceder, interferir, intervir para acabar a discriminação contra a Tribuna. Essa eu tratarei com o mesmo desprezo com que tratei a outra, mais violenta, exercida pelo "Governo" que nos dominou nos últimos 20 anos, no Governo do Estado Brizola se autodestruiu em pouco tempo: e ao governo federal ele não chegará jamais, haja o que houver. Mesmo que tenha que correr sangue, defenderemos o País contra esse tipo de "democrata" com mais aspas do que convicções.

Atenciosamente, — Hélio Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Enéas Faria) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Existem momentos inenarráveis na vida do homem. Tais momentos possuem uma grandeza indescritível, tal a gama de suas emoções.

Para nós — este é um deles.

Somente a valia do regime democrático tornou possível a um homem interiorano, humilde agricultor, galgar os degraus dessa escada política e atingir esta Casa Legislativa, o Senado Federal.

Meditando longamente sobre a grandeza deste instante e seu significado, mais nos convencemos de que apenas o livre exercício da democracia é capaz de fortalecê-la e de torná-la capaz de resistir aos embates doutras ideias e filosofias.

E é nesta hora — Sr. Presidente e Srs. Senadores — que proclamando a nossa crença em Deus, na convicção inabalável de que o homem foi criado para atingir as finalidades últimas a que foi destinado pelo Criador, é que dirigimos nossa oração ao Senhor Onipotente pela graça deste momento, de significação incomensurável.

As palavras não exprimem o que nos vai na alma. Este é o ônus da emoção e do júbilo inusitado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupamos, ocasionalmente, uma cadeira deste Senado Federal. Substituímos esse brasileiro ilustre e paranaense honrado — o Senador Affonso Alves de Camargo Netto, convocado para dirigir o Ministério dos Transportes da Nova República. Passamos a formar, assim, com os nobres Senadores Álvaro Dias e Enéas Faria, a bancada do Paraná e do PMDB, nesta Casa.

O convívio de tão nobres companheiros e a participação nos trabalhos deste Senado da República colocam nos nossos ombros o peso de uma responsabilidade crescente. Felizmente, tal fato se harmoniza com os ideais democráticos, que norteiam nossa vida, sobretudo nesta hora em que se configuram profundas mudanças no País.

Mas, esta Casa é a representação lídima da gente de todo o País.

Por isto, saudamos os ilustres Senadores com assento nesta Casa do Povo.

Saudamos os companheiros da bancada do meu Estado, pela dedicação que o povo Paranaense lhes credita.

Aqui está a nossa saudação aos Srs. Senadores pela região Norte (Acre, Pará, Rondônia e Amazonas), retrato do arrojo de novos bandeirantes, que haverão, em futuro próximo, de transformar uma região praticamente não-integrada, num dos grandes celeiros de valores humanos e de produção do nosso País.

Levamos a nossa saudação sincera e fraterna ao Nordeste Heróico (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), nas pessoas dos nobres Senadores que a representam, precioso esconjuro de riqueza histórica com seu povo sem-

pre altaneiro, sofrido e presente às grandes causas de nossa terra.

Nossa saudação, nas pessoas de seus Senadores, ao Sul tradicional (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com seus campos de soja e trigo, detentor de um passado glorioso, de cultura e de trabalho.

Saudamos os senhores representantes, da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) com seus parques industriais e belezas naturais, e a gente que as integra e cujos representantes abrilhantam, com a presença, ainda mais, esta Casa de Leis.

Transmitimos a nossa saudação à região Centro-Oeste do nosso país (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) com seus cerrados e criações e que têm nos seus representantes, neste Senado Federal, uma mensagem constante de otimismo, de trabalho e de desenvolvimento.

Levamos a nossa palavra, a propósito e finalmente ao estado de Minas Gerais, a terra fértil de gente dedicada ao trabalho, berço do nosso Presidente Tancredo Neves, hoje o exemplo da afirmação mais radiosa do dinamismo construtor de uma verdadeira civilização e que nas pessoas de um punhado de moços de brilhantes Senadores está tão bem representado nesta Casa Legislativa.

O Paraná — Senhor Presidente e Senhores Senadores — por nosso intermédio, saúda a gente de todas as regiões do nosso País, manifestando-lhes a convicção perene de um futuro de conquistas, de progresso, e de pujança.

Todos merecem a nossa admiração e o nosso respeito, como participantes da jornada cívica promovida por todos os setores da Nação, e que desembocou na Nova República, testemunhas das transformações que se operam neste País. Suas Excelências se empenharam na elaboração das providências que empolgam a Nação inteira e que maior entusiasmo apresentariam, não fossem os instantes de dor por que passa o nosso Presidente Tancredo Neves.

À administração desta Câmara Legislativa também trazemos nosso aplauso, pela disposição afirmada de reformulação de métodos e pelo empenho de reconquistar para o Congresso Nacional o poder que lhe retiraram os vinte e um anos de autoritarismo.

Saudamos o Comitê de Imprensa com assento nesta Casa de Leis, que pela sua vigília constante tornou-se um dos baluartes da nova Democracia. Foi a imprensa que, através de suas informações, análises e críticas, proporcionou ao povo brasileiro participar e viver intensamente o alvorecer da Nova República.

E esta saudação nós a fazemos na melhor representação que a gente paranaense possui nas pessoas dos ilustres Deputados Federais e Senadores, — que, em tão pouco tempo, souberam demonstrar à Nação os grandes valores de trabalho e de cultura que esta Casa do Povo e o Congresso Nacional abrigam, numa das mais autênticas demonstrações do inestimável valor da gente brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Não pretendemos depor nesta augusta Casa do Povo, sobre o que representa o Estado do Paraná.

Oxalá, todos os brasileiros pudessem conhecer e dar o verdadeiro valor ao exato conteúdo do nosso Estado do Paraná.

Quem não o conhece não sabe o que representa o Brasil.

O Paraná, Sr. Presidente e Senhores Senadores, é um gigante, ainda agrilhoado.

É o conjunto fantástico de riquezas inúmeras, temperadas pelo elemento humano de primeira grandeza, onde se agasalha em povo trabalhador, coeso e unido pelo amplexo dos 310 municípios que o integram.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Estamos ouvindo com atenção e com entusiasmo a sua estréia na tribuna do Senado, a mais alta tribuna deste País. E, como esperávamos, sentimos que V. Ex^a, com a sua experiência parlamentar, com a sua oratória, vem chamando a atenção do Plenário, o que não é fácil. Eu quero, em primeiro lugar, saudar V. Ex^a. Que seja bem-vindo a esta Casa do Congresso Nacional, que seja bem-vindo à Bancada do PMDB, especificamente, como também à comunidade do Senado. E quero pedir licença para declarar que V. Ex^a se incorpora no Senado à Bancada do PMDB, à Bancada do Paraná e à Bancada do meu Mato Grosso, onde V. Ex^a, eu sei, é um grande agricultor na região de Diamantino. De modo que eu faço questão de acrescentar mais um Senador à Bancada de Mato Grosso, para que nós possamos defender aquela região que, como V. Ex^a bem disse, é a esperança do Brasil do futuro, com a sua grande fronteira agrícola, que é o Centro-Oeste, de modo geral, e o Mato Grosso, de modo especial. De maneira que, repito, nobre Senador, seja bem-vindo, e que seja feliz nesta passagem que marcará a sua vida, a história do Paraná e a região que V. Ex^a tão bem representa.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Agradeço ao meu caro Senador Gastão Müller pelo aparte que me honra, neste instante, valorizando ainda mais o discurso que estou proferindo desta tribuna.

Como dizia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Paraná é mais do que um fato: é um fenômeno de matizes vários.

Por onde quer que apreciemos o Paraná, eis que se nos depara uma figura, inteiramente nova e com facetas originais, produzidas pelo mágico coleioscópico do grande Estado.

Foz do Iguaçu — capital do turismo da beleza, onde as águas proporcionam, ao visitante extasiado, um quadro fantástico da natureza exuberante.

Vila Velha em Ponta Grossa é outra maravilha turística conhecida hoje por milhões de pessoas.

O Porto de Paranaguá é um dos mais importantes portos de embarque de grãos do País.

Guafra que abriu mão da majestade natural de suas Sete Quedas, em que pese o eterno e passado abandono de seus aspectos turísticos mas que possibilitou ao Brasil, com o aproveitamento do seu manancial hidroelétrico fabuloso, a energia gerada hoje pelas formidáveis turbinas de Itaipu — binacional em Foz do Iguaçu.

O Sr. Benedito Canelas — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro Senador Benedito Canelas.

O Sr. Benedito Canelas — Nobre Senador Roberto Wypych, como representante de Mato Grosso e tendo a honra de incluir meu nome como seu amigo, eu não poderia deixar de parabenizá-lo, nesta tarde, onde V. Ex^a estréia, brilhantemente, na Tribuna do Senado Federal, e deixar registrado nos Anais do Senado a capacidade de V. Ex^a no campo do cooperativismo, tendo nesta Casa um grande conhecedor deste assunto na pessoa do nobre Senador Martins Filho. Sendo V. Ex^a um dos responsáveis pelo sucesso do cooperativismo no Sul do País, especialmente no Estado do Paraná, esses conhecimentos de V. Ex^a serão de muita valia no Senado da República, para o nosso País. Finalmente, V. Ex^a, um agricultor sofrido como eu, no meu Estado de Mato Grosso, somado ao Senador Roberto Campos e ao Senador Gastão Müller, temos a certeza de que muito irá contribuir por esta nova fronteira agrícola que é Mato Grosso. Desta forma, parabenizo V. Ex^a, desejando-lhe todo o sucesso

que a sua capacidade permite que apresente, através do trabalho ao Senado e à Nação brasileira.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito agradeço a V. Ex^a, Senador Benedito Canêlas, até porque creio que suas palavras são vindas do seu coração, mais pela bondade da sua amizade, do que propriamente pelo mérito do discurso que estou proferindo nesta Casa.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro Senador.

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a, em verdade, não está estreando na tribuna do Senado. V. Ex^a está dando sequência à extraordinária participação, à histórica participação do Estado do Paraná na tribuna do Senado Federal. Diz muito bem a Bíblia, que "no princípio era o Verbo"; e V. Ex^a é o Verbo do Paraná, a sequência histórica e tradicional do grande Estado brasileiro, hoje na tribuna da Câmara dos Estados. Há uma coincidência que citei no discurso que pronunciei em Manaus, em 1975, num encontro promovido pela ACAMPAR, Associação das Câmaras Municipais do Paraná, com os vereadores do Estado do Amazonas. Presente naquela data histórica estava o eminente Senador — na época Deputado — Enéas Faria. Eu citava a coincidência histórica que há entre o Amazonas e o Paraná: É que com um mesmo decreto, o Imperador Pedro II separou o Paraná da Província de São Paulo, e o Amazonas da Província do Grão-Pará. Mas há um descompasso extraordinário, Sr. Senador Roberto Wypych, e a atuação de V. Ex^a, de seus colegas paranaenses e do Senado inteiro, pode contribuir para corrigir essa distorção que na inversão dos números provoca uma dessemelhança entre o Amazonas e o Paraná. O Paraná dispõe de 2% do Território Nacional e é responsável por 20% da produção do Brasil inteiro. Já o Amazonas, com 20% do Território brasileiro, responde apenas por 2% de toda a produção brasileira. Este é o desenvolvimento, Sr. Senador Roberto Wypych, é o desequilíbrio. De sorte que, pensando no sul, o meu Estado foi buscar nos Estados do Sul, em particular no Paraná, a extraordinária experiência na agricultura para produzir alimentos lá no meu longínquo setentrão. Assim, Sr. Senador Roberto Wypych, além de saudar a continuidade do Paraná na tribuna do Senado, eu quero recordar uns versos de Vinícius de Moraes, para saudar o momento da reestreia de V. Ex^a: "Este momento não seja imortal, posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure". Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Senador Fábio Lucena, o aparte que V. Ex^a acaba de me honrar haverá de servir como uma moldura que enriquecerá, por certo, o conteúdo representado pelas minhas humildes palavras. Muito obrigado, Senador.

Eu dizia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que Curitiba, sua capital, cidade sorriso e universitária, berço da cultura de muitos brasileiros que lá enriqueceram os seus conhecimentos e que, hoje, ajudam na construção da Pátria brasileira.

Falta, ainda — Sr. Presidente, Srs. Senadores — a pena de um escritor vibrante que sintetize a real valia do Estado do Paraná e a extraordinária variedade de prismas, que seus fatores sócio e geo-econômicos representam, na verdade.

O Paraná, porém, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um Estado essencialmente agrícola como bem disse o Senador Fábio Lucena.

Suas plantações e seus rebanhos se espalham por 13,7 milhões de hectares no estado.

Primeiro produtor nacional de grãos e terceiro em agropecuária, com o maior rebanho de suínos do País, é responsável por 25% da produção nacional de alimentos.

As pesquisas revelam que o Paraná contribui com mais de 36% da produção nacional de feijão; com 26% da produção de milho; com mais de 34% da produção de soja; com 59% da produção de trigo; com 35% da produção de algodão; com 19% da produção de café.

E a região donde viemos, a região de Cascavel, o Oeste do Paraná, compreendida entre os rios gigantes — o Iguazu — o Piquiri e o Paraná — composta de 29 municípios, com uma população de 1.170.000 habitantes e com mais de meio milhão de eleitores, detentora de uma área equivalente a 11% do território nacional é responsável por 33% da produção de grãos no estado. Seis das 10 maiores cooperativas do Estado estão no oeste e ajudam a produzir as 1.530.000 T de soja (22%); 1.210.000 T de milho (53%); 508.000 T de trigo; 860.000 T de algodão; 1.300.000 cabeças de suínos; 70 milhões de aves abatidas em 1984. Produzimos, ainda, no oeste paranaense, 133 milhões de litros de leite, possuímos um rebanho de 760.000 cabeças de gado leiteiro e de corte.

Mas essa produção paranaense — Sr. Presidente e Srs. Senadores — representa também o trabalho anônimo de milhares de pequenos, médios e grandes produtores agrícolas de todas as regiões do nosso estado, muitos dos quais associados ao nosso sistema cooperativista, considerado um dos melhores do País.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Eu quero participar desse seu entusiasmo, neste dia em que V. Ex^a ocupa a tribuna, para dizer que está presente, ao lado dos estimados colegas Enéas e Álvaro. Estou certo de que V. Ex^a, com esse seu talento, com essa sua inteligência que já lhe são peculiares, veio preencher, à altura, a vaga deixada pelo seu colega de representação e também nosso estimado colega, Affonso Camargo, hoje Ministro dos Transportes. Congratulo-me com a Casa, pela sua presença, e congratulo-me também com o valoroso povo paranaense que mandou para cá mais um elemento de escol, como sói ser o ilustre Senador. O meu Estado hoje, que antes foi povoado pelos nordestinos, está honrado também pelos seus bravos patrícios que lá estão produzindo, ajudando a desenvolver o pequenino Acre. A V. Ex^a, portanto, os meus votos de boas vindas e é uma alegria conhecê-lo e mais ainda, hoje, usando a tribuna como símile de Péricles. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito obrigado, nobre Senador Jorge Kalume. Fico muito grato pelo seu aparte e tenho certeza de que o povo da minha terra, sabedor da contribuição que o nobre Senador dá a este País, transmitindo, através dos seus vários pronunciamentos nesta Casa, enriquece sempre os seus apartes a todos os que aqui se apresentam, nesta tribuna.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu dizia que a terra roxa, as boas aguadas, o bom clima e a preciosidade do elemento humano, fazem do nosso estado o cofre precioso repleto das gemas mais puras e dos metais mais raros.

Willy Barth, de saudosa memória, o notável colonizador do oeste paranaense, o maior de todos os toledenses, costumava arrematar as reuniões de suas andanças cívico-políticas, com um lema que sintetiza os anseios e as crenças da gente paranaense. "Nós cremos em Deus. Nós cremos na Democracia. Nós cremos num futuro de pujança e de liderança para o Paraná".

E realmente — Sr. Presidente e Srs. Senadores — só o poder de concisão e a felicidade de expressão de Willy

Barth pode retratar tanta profundidade de pensamento, uma tão grande lição.

O Sr. Moacyr Duarte — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer.

O Sr. Moacyr Duarte — Nobre Senador Roberto Wypych, ao ouvir o discurso com que V. Ex^a estréia na Tribuna do Senado, suas palavras provocam, em mim, alguma reflexão. E não sei se o grande Arquiteto do Universo esquadrou bem o seu projeto. Porque enquanto Ele concedeu o dom do orgulho, da veemência e do entusiasmo, para que V. Ex^a cante e proclame as belezas e as riquezas do seu nobre Estado, deu-nos a nós, nordestinos, apenas os olhos para chorar as nossas amarguras e os nossos desalentos. O Nordeste é uma região de contrastes; o Paraná é um Estado essencialmente agrícola e o meu Rio Grande do Norte, é um Estado essencialmente pobre. Somos vítimas dos contrastes impostos pela própria natureza. Quando não estamos sofrendo a calamidade e o flagelo das secas, estamos sujeito às enchentes que desabrigam, no dia de hoje, na Região Nordeste, cerca de trezentas mil almas. V. Ex^a tem razão e faz bem em proclamar as riquezas do seu Estado. Eu de minha parte, invejo o comportamento de V. Ex^a, e tenho apenas a lamentar que o Nordeste não seja como o Paraná; a terra da promessa. De qualquer forma, em nome do meu Partido, o PDS, congratulo-me com V. Ex^a pelo seu ingresso nesta Casa. O Senado Federal haverá de receber a valiosa contribuição de sua inteligência e de sua experiência. Estamos certos de que o substituto do eminente Senador Affonso Camargo estará à altura do desempenho do múnus público que lhe foi cometido.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito agradecido, meu caro Senador, pelo brilhante aparte e que me dá ensejo para voltar, novamente, a fazer uma proclamação, não apenas em nome do Paraná, mas também em nome do Nordeste e em nome de todos os Estados da nossa Federação. Nós, na verdade, cremos em Deus, princípio e fim de todas as coisas. Nós cremos na democracia, como único regime político autêntico e compatível com as tradições de ativez, de honra e de liberdade do povo brasileiro.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Nobre Senador Roberto Wypych, eu, geralmente, não deixo de incursionar no discurso de quem começa nesta Casa, porque acho que é uma oportunidade, não só de oferecer as boas-vindas ao novo colega como, também, uma oportunidade de lhe oferecer os estímulos a que ele prossiga na caminhada que vai iniciar. Quero dizer a V. Ex^a, repisando o que já foi dito por colegas que me antecederam, que V. Ex^a recebe, ao ingressar nesta Casa, a responsabilidade pesada de suceder a um nome igualmente ilustre, e que tantos serviços prestou e presta ao seu Estado, que é o nome do Senador e atual Ministro dos Transportes, Sr. Affonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Solicito ao nobre Senador José Ignácio Ferreira que interrompa o seu aparte a fim de que eu possa suspender a sessão, pois estamos sem energia elétrica e, conseqüentemente, a Taquígrafia não funciona.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 49 minutos e reaberta às 15 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está reabrindo a sessão.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Dizia eu, nobre Senador Roberto Wypych, que V. Ex^a recebe nesta Casa a grande responsabilidade de suceder a um nome não menos eminente quanto o de V. Ex^a, um nome que prestou e presta relevantes serviços ao Estado do Paraná, o atual Ministro dos Transportes Affonso Camargo. Mas tenho a certeza, não por conhecê-lo ou por ouvi-lo, hoje, da tribuna do Senado, mas pelas observações pessoais nos contatos que já tivemos ao longo do breve período de convívio nesta Casa, tenho certeza de que V. Ex^a haverá de ser um sucessor a altura do sucedido, de que V. Ex^a vai prestar, com seu patriotismo, com o seu devotamento à causa pública, com a sua clarividência de empresário bem sucedido e com sua experiência parlamentar, que já a tem e muito, V. Ex^a haverá de prestar ao seu Estado, também, valiosos serviços. Nesta oportunidade em que saúdo V. Ex^a, nesta Casa em que V. Ex^a haverá de perceber, bem em breve, as harmonias se fazem a partir dos confrontos, das controvérsias, dos conflitos é que surgem os concertos, nesta Casa onde o convívio se faz na produção dos seus frutos, a partir das controvérsias. Tenho certeza de que V. Ex^a haverá de ser um prestador de serviços, os mais valiosos ao seu Estado, e é por isso que antes de parabenizar V. Ex^a, parabenizo o seu Estado por ter enviado, a esta Casa, um homem que haverá de contribuir em muito para que o Paraná continue a ser o Estado de tantas tradições e de tão fecunda participação no concerto da Federação brasileira.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito obrigado, nobre Senador José Ignácio Ferreira, pelo seu aparte, que naturalmente é mais decorrente da amizade que já nos une do que propriamente pelo mérito daquilo que hoje estou dizendo desta tribuna.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Ouço o nobre Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senador Roberto Wypych, vinculam-me ao Paraná laços imperecíveis. Na qualidade de representante da Bahia, a história nos aponta, e a primeira vez que visitamos o Paraná sentimos o orgulho do paranaense pela figura do baiano ilustre Zacarias de Góes Vasconcelos, do seu primeiro Presidente da Província e um dos grandes construtores da imensa arrancada do seu desenvolvimento. Sou cidadão honorário da Cidade de Londrina, já há mais de duas décadas, e isto é motivo de profundo orgulho para mim. Foi uma das homenagens que recebi, ainda muito jovem, pela minha luta em favor do municipalismo brasileiro. Por isso, não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a neste momento em que assoma pela primeira vez à tribuna do Senado para falar em nome do seu querido Paraná. Receba a minha congratulação, a minha homenagem e a certeza de que como cidadão honorário de Londrina, eu me considero aqui o quarto Senador com a responsabilidade de defender os interesses supremos do seu grande Estado. Fique certo que V. Ex^a preenche a lacuna com a saída do seu antecessor para o Ministério dos Transportes e, em companhia de Enéas Faria, em companhia de Álvaro Dias, e com a minha presença, embora modesta, estaremos aqui a defender os interesses do Paraná, que são, sem dúvida alguma, os próprios interesses do País.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito agradecido pelo seu belíssimo aparte, meu caro e nobre Senador pela Bahia, Lomanto Júnior. As suas palavras fazem com que eu me reporte no caminho que estou percorrendo, tentando transmitir a este Senado o que representa o Para-

ná, mas o que representa, principalmente, o nosso sentimento. E nós, Sr. Presidente e Srs. Senadores, cremos também, igual a Willy Barth, que acreditava na pujança do Paraná, cremos também no futuro de pujança e mesmo de liderança nos mais sagrados setores de atividade humana para a grande Nação brasileira. Perdão, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nossa ousadia e a nossa audácia, confiamos na generosidade de V. Ex^as capaz de redimir o entusiasmo de nossa afirmativa.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro Senador Mauro Borges.

O Sr. Mauro Borges — Todo Senado Federal ouve com a maior atenção o brilhante discurso de V. Ex^a, ressaltando o valor, a riqueza da terra paranaense e do seu povo — isso é o orgulho de todos nós, de todos os brasileiros. Conheço relativamente o Estado do Paraná, e quando Tenente servi 2 anos na Foz do Iguaçu, numa companhia especial de fronteira, pude andar em território paranaense. Posso dizer que grande parte da riqueza do Paraná se deve à antiga era geológica, quando houve o grande derrame basáltico, criando esses terrenos chamados "trappianos", que são os solos férteis do Paraná. Isso deu a base física para a agricultura e também, por que não dizer, a maior usina do mundo, localizada no rio Paraná, é fruto também do derrame basáltico. Não fosse a dureza daquelas rochas não teríamos o vigor daquelas cachoeiras. Mas, Ex^a, tenho certa preocupação com o futuro do Paraná, e lembro que certamente não passou despercebido a ninguém, aos homens, aos políticos e aos técnicos do Paraná; é que, na medida em que se aumenta a agricultura, na medida em que se utilizou aquelas terras ubérrimas, a desagregação provocada pelo arado vem crescendo a cada tempo, e trazendo um sério perigo. Eu verifiquei, preocupado, a grande quantidade de áreas sofrendo erosão no Paraná, o que representa o perigo silencioso, o maior inimigo do futuro do Paraná, a grande erosão. Era o que eu tinha a dizer a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito agradecido, meu caro Senador Mauro Borges. Acho até oportuna a sua lembrança quanto ao fenômeno da erosão que será por mim abordado no decorrer deste meu pronunciamento. De qualquer maneira, fico grato pela intervenção de V. Ex^a, que enriquece ainda mais o pronunciamento que hoje faço desta tribuna.

Sr. Alfredo Campos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Alfredo Campos — Senador Roberto Wypych, há pouco mais de dois anos, desta tribuna onde V. Ex^a se encontra, o então Senador Tancredo Neves — que a Nação toda hoje se rejubila por sabê-lo melhor no seu leito do Hospital do Coração, em São Paulo — apartea-do por um Senador do seu Estado — naquele momento em que S. Ex^a se despedia do Senado Federal para ocupar o cargo de Governador do Estado de Minas Gerais — um Senador do seu Estado lhe dizia que o Governador do Paraná acabava de escolher, no mínimo, 5 Secretários mineiros para o Governo do Paraná, S. Ex^a, o Governador Tancredo Neves dizia: "Que pena, isso é muito pouco." Queria S. Ex^a, naquele momento, dizer da influência por lá morar tantos mineiros, e eu pego esta deixa para lhe dizer que Minas Gerais é a continuação do Paraná, e vice-versa. São dois Estados amigos, e assim continuarão a ser. Mas gostaria de dizer para o caro Senador Roberto Wypych, que eu tive muita honra em recebê-lo aqui no Senado e, dois dias após, ter o prazer de conviver com V. Ex^a em minha casa, levado pelas

mãos do Senador Enéas Faria, para comigo e com parte da Bancada do PMDB, que lá se encontrava, almoçar. É uma amizade que continua, vinda da amizade de há muito tempo que liga V. Ex^a ao meu pai. Amigo de meu pai, teria que ser, certamente, meu amigo. No momento da sua estréia na tribuna do Senado Federal, não é somente Minas Gerais que quer trazer a V. Ex^a as boas-vindas, mas é o Senador, que aqui neste momento a representa, que lhe traz o abraço e os votos de muitas felicidades.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito agradecido, meu caro Senador Alfredo Campos. E é bem verdade que da convivência nascem as grandes amizades. Eu já me sinto amigo de todos os que integram esta nobre Casa de Leis. Pela pouca convivência de menos de um mês eu pude sentir, na pessoa de todos os Srs. Senadores que orgulham a Nação brasileira, com assento nesta Casa, que há um clima de franca camaradagem, de profundo respeito e que, através dessa aproximação, faz com que todos sejamos grandes amigos.

Eu lhe agradeço penhoradamente, meu caro Senador Alfredo Campos, pelo seu aparte, e me valho desta oportunidade para transmitir ao pai de V. Ex^a, o abraço não apenas deste humilde Senador da República, mas do povo do Paraná, porque ele, como V. Ex^a já tem, através do cooperativismo, uma grande folha de serviços prestados à Nação, com inúmeras contribuições ao longo da sua vida.

Transmita a ele o abraço meu e do meu povo do Paraná.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro e nobre Senador.

O Sr. Helvídio Nunes — Também desejo homenageá-lo na oportunidade da sua estréia na tribuna do Senado Federal. Além da motivação histórica, pois que Zacarias de Góes não é só do Paraná, mas também do Piauí, desejo dizer que, exceção feita do Líder, Senador Alfredo Campos, os demais oradores não se aventuraram a pronunciar o nome completo de V. Ex^a; ficaram apenas no prenome, mas não foram ao nome. Fui examinar o porquê e cheguei à conclusão de que o nome de V. Ex^a é constituído, exclusivamente, por consoantes. Mas isto, eminente Senador, dá a todos a demonstração cabal, eloquente e insofismável da integração deste País. V. Ex^a com o seu belíssimo discurso, me fez lembrar um livro que li ao tempo em que era interno no Ginásio do Crato, no Ceará: *Geografia Sentimental*, de Plínio Salgado. De maneira que, com esses fatos e com essas lembranças, desejo saudar a presença de V. Ex^a no Senado Federal e na tribuna desta Casa.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Fico muito honrado com o seu aparte, meu caro Senador Helvídio Nunes, até porque V. Ex^a, que representa o Estado do Piauí, há tem demonstrado nesta Casa de Leis, que tamanho não é documento, e que o Piauí, mesmo sendo um pequeno Estado no tamanho, tem um grande representante neste Senado da República.

O Sr. Helvídio Nunes — Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Mas, meu caro Presidente e Srs. Senadores, eu me permito dar continuidade a este meu pronunciamento.

Dizia que a nossa convicção mais se afirma e se implanta, quando sentimos os cuidados que o preclaro Governador do nosso Estado, José Richa, vem dedicando ao Paraná, evidenciando ainda mais a sua visão e descortino, o alto sentido de governar, que o consagra aos olhos dos paranaenses e de todos os brasileiros, como um dentre os maiores homens públicos de todos os tempos.

E a nossa convicção de um futuro de pujança e de liderança mais se arrima, quando sentimos e testemunhamos as notáveis realizações do Governo José Richa, preocupado em servir tão-somente o povo do meu Paraná.

E o Paraná, Sr. Presidente e Srs. Senadores, manifesta, em alto e bom som, o seu melhor reconhecimento a S. Ex^a, o Governador de todos os paranaenses.

E nós, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que já exercemos o mandato de Deputado Estadual; que exercemos, também, a atividade agrícola há mais de 25 anos; que fundamos e presidimos por 3 períodos de 2 anos cada um a Cooperativa Agropecuária de Cascavel, no oeste do Paraná, que fundamos e dirigimos por vários anos a COC-TRIGUAÇU — Cooperativa Central Regional, que congrega 7 das 10 maiores cooperativas do Paraná, com 30.000 agricultores associados, que na nossa gestão construiu o Terminal Portuário de Paranaguá, com capacidade estática de armazenagem para 120.000 toneladas de grãos e capacidade de embarque para 1.500 toneladas-hora, levando o grão dos armazéns diretamente para dentro dos navios e ampliando a capacidade horária do Porto para 3.000 toneladas-hora, transformando, assim, o Porto de Paranaguá no mais importante do País, antes de termos construído aquele terminal portuário, um navio que hoje leva de 20 a 25 horas para ser carregado com 25.000 toneladas de capacidade, levava naquela época, 8 a 10 dias para poder receber a mesma carga; nós, que exercemos a Vice-Presidência da OCEPAR — Organização que congrega todas as cooperativas do Estado do Paraná; que, finalmente, por termos do campo, onde pequenos e grandes produtores buscam constantemente uma maior rentabilidade e uma maior produtividade, dois pontos cruciais da agricultura brasileira, acreditamos no trabalho e nos que trabalham.

O Sr. Enéas Faria — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Enéas Faria — Eminentíssimo Senador Roberto Wypych, permita que comece este aparte dizendo que sua presença aqui me confere e me conferiu, como paranaense, três privilégios: o de, como Senador do nosso Estado, paranaense como V. Ex^a, ter o privilégio de aqui ter chegado um pouco antes e poder, sob aplauso, recebê-lo; segundo privilégio, eminentíssimo Senador, a coincidência de poder nesta sessão, em que V. Ex^a faz o seu pronunciamento de estréia, ter dito a oportunidade de, como Presidente, anunciar o seu discurso; o terceiro privilégio, eminentíssimo Senador Roberto Wypych, é o de, enquanto V. Ex^a falava, discorria neste pronunciamento bem elaborado, mas acima de tudo com muito sentimento, com muita alma, com muito espírito e com muito orgulho, ouvir de quase todos que aqui têm assento que V. Ex^a, acima de tudo, pintava a sua oração com as cores vivas do orgulho de ser paranaense. Portanto, o terceiro privilégio é ser seu conterrâneo, ser paranaense, também, e poder vê-lo aqui, nesta Casa, como brasileiro o privilégio de poder ver nesta Casa da República, ver nesta Câmara Alta a qualificação, a virtude, o brilho, a inteligência e o talento de V. Ex^a que, se para alguns que hoje mais de perto começam a conhecer essas virtudes, para nós, paranaenses, isso passou a ser corriqueiro, passou a ser comum, porque a ação de V. Ex^a no nosso Paraná é uma ação permanente, é uma ação decidida, é uma ação que se faz sentir em cada grande momento da vida daquele Estado, quer como político, onde a sua presença é sentida e onde a sua liderança é observada e seguida, quer como homem de empresa, quer como homem dedicado aos negócios e à livre iniciativa, onde a sua contribuição foi e tem sido marcante na vida do nosso estado. Eminentíssimo Senador Roberto Wypych, feliz, privilegiado e orgulhoso como paranaense, certo estou que os paranaenses,

também, estão hoje vivendo este mesmo sentimento de felicidade por tê-lo aqui nesta Casa. Queria, apenas para arrematar e não me prolongar neste aparte, dizer que o orgulho que V. Ex^a tem, apreendendo o espírito dos paranaenses, é o orgulho que todos nós temos de poder e de ter o privilégio de poder ajudar este País e este Brasil. É por isto que cada vez que o Paraná assoma a tribuna do Senado, reivindica e pede, deseja instrumental, deseja, na verdade, instrumentos para ser maior ainda, para de maneira maior e de maneira melhor poder ajudar a grandeza deste País. V. Ex^a traz para cá o sentimento do Paraná e chega como chegamos todos nós. Nós não viemos para disputar ou para dividir, nós aqui chegamos para somar e para ajudar a construir. Felicidade e sucesso, eminentíssimo Senador Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Meu caro e nobre Senador Enéas Faria, o meu discurso torna-se também mais nobre quando recebe um aparte do quilate deste que acabou de ser pronunciado por V. Ex^a, que vem, sobremodo, enriquecer as palavras por nós aqui pronunciadas. Suas palavras haverão de ser consideradas com muito carinho pelo povo da região de onde vim, região oeste do Paraná, como também, por todo o povo do nosso Estado, meu caro e nobre Senador Enéas Faria.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, homem da terra, habituado a ouvir os trabalhadores rurais nos seus anseios mais prementes, nas suas justas reivindicações, nem sempre compreendidas pelos que vivem afastados do meio agrário, sempre estivemos, no Estado ou fora dele, a serviço dos bravos trabalhadores do setor da produção rural.

É com esse espírito que chegamos a esta tribuna, convictos do grande desafio que a Nova República tem à sua frente. A inflação impede milagres. Entretanto, as esperanças se renovam no setor agrícola brasileiro. Não pretendemos o retorno aos slogans do tipo "plante que o João garante", muito menos afirmativas bem nutridas como "o governo vai encher a panela do povo". Não! A luta governamental, no setor agrícola, deve ser empreendida com seriedade, em termos prioritários, a fim de que possa transformar-se em instrumento do combate à inflação e da maior produção de alimentos.

O ciclo político encerrado a 15 de março passado, apesar das investidas publicitárias, não chegou a definir-se claramente, em relação à atividade campestre. O economista Francisco Grazziano Neto, do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, comentou a respeito (in "relatório da Gazeta Mercantil", 28-2-85, pág. 22) que:

"O Ministro (Delfim Netto) dizia que a prioridade era o abastecimento interno, mas não tomou nenhuma medida que direcionasse o crédito rural, seu principal instrumento de política agrícola, para os produtos de consumo interno. Ele simplesmente deixou que a distribuição do crédito rural se desse pela disputa no mercado e, com isso, quem abocanhava as maiores fatias foram os grandes produtores, que trabalham com culturas de exportação e oferecem mais garantias e reciprocidade aos bancos".

As atividades a que nos referimos anteriormente, à guisa de ilustração, comprovam que nos absorve, por longos anos, a constante preocupação com os problemas da agricultura brasileira, que ainda não encontrou real valorização. Acreditamos que tal comportamento não pode continuar gerando insatisfações. A Nação não mais se conforma com as soluções técnicas, nascidas de experiência apenas de gabinete, sem o respaldo da realidade do campo marcada pelo sacrifício de trabalhar a terra, principalmente, porque, mais e mais os problemas da cidade passam a sofrer influências oriundas do campo. É o

caso, por exemplo, do conhecido êxodo rural, de tão profundas repercussões no ambiente social.

O trabalhador rural, sem o apoio que lhe é devido, abandona seu meio, na ilusão de encontrar melhores condições para si e para os seus filhos, ao lado daqueles que não trazem mãos calejadas. Poucos os são, Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente, incorporados ao mercado de trabalho dos centros urbanos. A grande maioria, porém, se decepciona, pois o agricultor que foge às pressões da vida do campo dificilmente encontra na URBS o "shangri-lá" dos seus sonhos.

De fato, a evasão rural, apesar de os técnicos afirmarem que se tornou menos acentuada de 1980 para cá, é fenômeno que se repete continuamente. O problema da pobreza no campo que se manifesta sob várias formas, é a causa maior desse fenômeno.

Não podemos desconhecer que há, em determinadas regiões do País, esforços no sentido de corrigir tal situação. Assim, houve no período de 1970 a 1980 uma acentuada melhora da renda da população economicamente ativa — PEA — Rural, em relação à PEA urbana, segundo nos informa a pesquisa de Denslow Jr. e Tyler. No entanto, a renda média rural ainda é 48% mais baixa que a urbana.

A inexistência de escolas e hospitais, e a impossibilidade de promover o bem-estar da família forçam a fuga do agricultor do seu meio. A cidade continua a exercer fascínio sobre os trabalhadores rurais.

Dois outros fenômenos conhecidos — a concentração fundiária e o minifúndio — são acrescentados ao elenco de fatores que determinam o êxodo rural. O proprietário rural de aproximadamente cinco hectares poderia, em determinadas circunstâncias, manter a si e sua família; mas os filhos já não encontram condições de, todos, retirar sustento da mesma área. Tal fator leva-os a se empregarem como "bóias-frias" no meio rural ou a se dirigirem aos grandes centros urbanos onde, pela falta de qualificação profissional, acabam engrossando o contingente de favelados e marginalizados.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer, meu caro e nobre Senador.

O Sr. Benedito Ferreira — Senador Roberto Wypych, a Casa ouve com a atenção que o pronunciamento de V. Ex^a merece e, naturalmente, tem que festejar a sua estréia, porque ela é feita em consonância com suas origens. V. Ex^a está sendo fiel ao seu Paraná, ao grande produtor de grãos e abordando, realmente, um tema que deveria ser uma constante na consciência de cada um nesta Casa. Talvez por pesar pouco eleitoralmente a área rural, por ela não ser capaz de promover greves e nem arruaças, por não contar com a simpatia dos meios de comunicação, porque roceiro não faz propaganda, certo é que trata-se a agricultura e a pecuária neste País com tanto descaso que eu, interrompendo o discurso de V. Ex^a, gostaria de consignar um fato que fala muito de perto ao povo paranaense. Num trabalho realizado pelo IBGE, denominado ENDEF, que é o estudo de despesa domiciliar, é uma pesquisa para a qual são contratados universitários, e é feita nos domicílios, eu constatei, em todas as faixas de renda, que o cidadão do Paraná, o cidadão do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, três grandes produtores de alimentos, pagam, invariavelmente, naqueles anos examinados pelo ENDEF, que vai até 1982, pagam os habitantes desses três Estados, embora sejam os maiores produtores de grãos do País, 40% mais caro em todos os alimentos, na composição do custo de alimentação, em todas as faixas salariais, do que os habitantes privilegiados do Rio de Janeiro e de Brasília. Então, veja V. Ex^a que essa é uma das causas da formação das megalópoles, do êxodo rural. Porque, aqueles mesmos que produzem,

pela magia do chamado preço político, pela magia do cortejar, permanentemente, das grandes massas urbanas, aqueles que produzem pagam mais caro do que aqueles que comem e que consomem há mais de 1.500 quilômetros de distância. Veja V. Ex^a, então, que as iniquidades são tantas, que se eu fosse enumerar algumas, sem dúvida alguma, roubaria todo o tempo de V. Ex^a. Mas, de qualquer forma, eu registro, mais uma vez, a minha alegria em encontrar em V. Ex^a mais um daqueles pelegados, mais um daqueles companheiros em defesa dos homens de mãos calosas da área rural. O meu abraço a V. Ex^a e o meu muito obrigado.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito agradecido a V. Ex^a, nobre Senador Benedito Ferreira. Na verdade, V. Ex^a tem toda a razão. A solução urgente, no nosso entender, é, portanto, e antes de tudo, reter o trabalhador agrícola no campo, a fim de que se ponha freio na situação atual. Setenta por cento da população brasileira vivem, hoje, nas cidades, quando, há 20 anos, se verificava o oposto, isto é, 70% da nossa população habitavam a área rural.

Prossigo, Sr. Presidente:

Houvesse maior atenção do Poder Central, e as informações seriam mais alentadoras. Por isso mesmo, é mister surgirem providências saneadoras, medidas corajosas e definitivas. Nos últimos anos, eram comuns promessas de que a agricultura teria prioridade máxima. A afirmativa de que um Ministro chegou a criar a ilusão de que os olhos do Governo se voltavam para os problemas do campo. Chegava a dizer que: "precisamos abandonar a concepção de que a industrialização é o único caminho para o desenvolvimento, pois a História das nações mais avançadas prova que só é forte economicamente o país que tem agricultura forte".

Todavia, o País sabe que o Governo Figueiredo não obteve sucesso na política agrícola. Seus planos para a agricultura não resistiram à injeção da crise econômica, e vimos que, a partir de 80, o recrudescimento da inflação e as pressões da dívida externa passaram a condicionar o apoio à agropecuária.

O novo Governo renova as esperanças da Nação. Antes de ser eleito, o Doutor Tancredo Neves dirigiu-se a 40.000 agricultores gaúchos, expondo-lhes os planos para a política rural. Suas teses, de alguém que, de fato, conhece os problemas do campo, serão desenvolvidas pelos Ministros que escolheu, o que favorecerá com certeza a vinda de novos dias de reflorestamento para a atividade rural.

Ninguém está alheio à magnitude dos problemas a enfrentar. As dificuldades, temos certeza, constituirão estímulos, porque vencer barreiras glorifica uma empreitada.

A Nova República tem consciência do momento decisivo da vida nacional, e promete dedicar-se à luta contra os problemas crônicos, tais como o êxodo rural, a desnutrição, o desemprego que marginaliza milhões de antigos e outrora produtivos agricultores nos grandes centros urbanos. E isso porque o Governo sabe a importância da agricultura como produtora de alimentos, empregadora de mão-de-obra, geradora de divisas, supridora de matérias primas às indústrias, com efeito multiplicador na indústria e no comércio.

Apesar de tudo, a agricultura teve papel importante na geração de divisas, participando de forma substancial nas exportações brasileiras. Na verdade, a nossa industrialização só foi viabilizada pela transferência de recursos do setor primário para o setor secundário da economia; foram os lucros com o café que lançaram as sementes da indústria paulista; foram os milhares de homens egressos dos campos que construíram e operaram o incipiente parque nacional.

Mas a finalidade primeira, a de fornecer alimentos para a população, tem sido sacrificada em nome da polí-

tica econômica. Assim, assistimos nos últimos anos a um processo de estagnação da produção de feijão, mandioca, dos alimentos básicos, enfim, enquanto vastas extensões de terra são ocupadas com culturas destinadas à exportação.

Na situação atual, com a agricultura sem condições de aumentar a produção de alimentos de forma a acompanhar sequer o aumento negativo da população, tem-se o paradoxo de que o alto preço pago pelo consumidor urbano não corresponde, via de regra, à remuneração condigna para o produtor. Notadamente em relação a pequenos e médios produtores, cujo esforço produtivo, com vistas à exportação, com certeza beneficia o País.

O povo acredita, entretanto, na mudança de rumos. E hoje seria o marco inicial da nova era, em que a agricultura possa, mercê de políticas governamentais, elaboradas a partir das reais necessidades dos agricultores, fornecer alimentos às cidades, trabalho aos desempregados, divisas aos cofres públicos e dignidade, remuneração justa aos que trabalham na terra e dela dependem para sobreviver.

Não são concebíveis o contingente de "boias-frias", o êxodo do campo, a ausência de crescimento significativo da produção agrícola, num país onde existem terras disponíveis ao redor de 300.000.000 hectares suficientes, pelo menos em teoria, para atender à demanda dos milhões de brasileiros que necessitam da terra para se incorporarem à vida econômica do País.

Trazemos a experiência do nosso Estado que se vem formando, nas últimas décadas, como maior produtor de alimentos do País. O privilégio de ocupar essa posição se deve, principalmente, à potencialidade natural, do Paraná — solo fértil, que há quarenta anos atraiu os colonizadores que vinham em busca de riquezas geradas pelo café e, mais tarde, aqueles que vinham cultivar a soja. O clima favorável, fator preponderante ao resultado de uma boa safra, transforma as estradas que cruzam as principais regiões produtivas em cenários de sonho. São os campos dourados pelas espigas do milho; são os tapetes verdejantes da soja e do feijão; são nuvens brancas dos tufo de algodão.

Tememos, contudo, que a desordenada e rápida ocupação do solo conduza a riqueza natural a grave risco. Florestas foram devastadas e hoje, dos 85% de cobertura vegetal natural, apenas resistem 51%. Sente-se já a desertificação acelerada e que, reunida ao uso indiscriminado de agrotóxicos e ao cultivo mal planejado da terra, pode resultar na transformação de toneladas de terra fértil em solo inóspito.

Deter esse processo destrutivo é a preocupação maior do Governo José Richa. No início de sua administração, o atual chefe do Executivo apresentou o Programa de Manejo Integrado do Solo que, até 1986, pretende atingir 350 mil das 420 mil propriedades rurais em todo o Estado. Através de campanha educativa, o Governo leva ao conhecimento dos produtores os seus objetivos, dirigidos no sentido de que sejam adequadamente utilizados os fertilizantes, as máquinas, propiciando também o correto manejo do solo e a proteção das florestas.

O Programa Estadual do Meio Ambiente, desenvolvido em conjunto pelas Secretarias do Interior, Agricultura, Planejamento, Educação e Saúde, oferece auxílio à agricultura, assegurando a preservação da vida nos cursos d'água, comprometida pelo assoreamento erosivo e pela poluição por agrotóxicos. Aliás, cabe aqui ressaltar que o Paraná foi o segundo Estado a sancionar a Lei do Agrotóxico, que prevê o rígido controle dos venenos utilizados nas lavouras. Aliada a essa iniciativa, houve a determinação da "Operação Agrotóxico", encarregada de fiscalizar e apreender herbicidas e fungicidas que apresentem irregularidades.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO WYPYCH — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — Houve um tempo, nobre Senador Roberto Wypych, em que vivíamos com a impressão de que, neste País, só se produzia em São Paulo. São Paulo era a locomotiva que arrastava atrás de si os vagões dos outros Estados, nem sempre com a carga útil. O Paraná veio, sem dúvida, quebrar, romper o ciclo dessa fatalidade. Hoje, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, sobretudo, o Paraná, mudam completamente a visão daquele Brasil paulista, de que só o paulista era capaz de trazer grandezas a esta terra. Agora estou vendo, nobre Senador, que o Paraná não é apenas rico em termos materiais; o Paraná é também rico em homens, em cérebros e em corações. Citar, para demonstrar a minha convicção, a atuação do nobre Senador, hoje Governador do Paraná, o colega José Richa, que durante tantos anos conosco conviveu e que hoje está fazendo uma das administrações mais profícuas de quantos governos há por este País. Reconhecidamente, nobre Senador, homens como José Richa, como Enéas Faria, como Álvaro Dias e como Affonso Camargo, têm uma notável contribuição a oferecer a esta Pátria comum. Agora, o Paraná nos manda, na pessoa de V. Ex^a, alguém em quem se vê, de logo, a extraordinária possibilidade de ajuda ao Senado, às nossas decisões corretas. Cada um dos paranaenses, com sua experiência, traz a consciência dos grandes problemas nacionais vividos no seu Estado. Sobretudo daqueles que, mais de perto, nos interessam para despertar este País para o verdadeiro progresso. Porque, como muitos reconhecem — e eu também penso — a esperança do Brasil está no campo, está na agricultura. Pouco fizemos nestes anos todos. O Paraná é certo, cresceu muito e hoje é um dos grandes produtores agrícolas do País. Mas eu tenho a esperança de que até aquele Nordeste a que se referiu há pouco, o Senador do Rio Grande do Norte, pobre e sofrido, até ele, com boa vontade, com experiências como a sua, com o desejo de acertar e, sobretudo, com o conhecimento que nos traz V. Ex^a, pode despertar. Quero parabenizar o Congresso Nacional pela presença de V. Ex^a, contribuição dessa República Nova, com a saída do nosso eminente colega Affonso Camargo. E quero, sobretudo, no momento da estréia de V. Ex^a, cumprimentá-lo em nome do nosso Partido.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Eu fico muito honrado pelo aparte de V. Ex^a, nobre Senador José Lins, e quero aproveitar o ensejo para dizer a V. Ex^a, que representa o querido Estado do Ceará, que assim como o Paraná tem contribuído para o povoamento dos Estados do Norte, principalmente para os do Centro-Oeste do País, os Estados do Nordeste, entre eles principalmente o Ceará, contribuíram significativamente para que o Paraná pudesse ser aquilo que é hoje. Porque lá residem milhares, talvez até milhões de nordestinos que nos ajudaram a construir o grande Estado paranaense.

Mas eu quero, ao concluir este pronunciamento, dizer que a postura do Governo do Paraná, em relação ao meio ambiente, é de preocupação com a produção agrícola. Daí ter o Governador José Richa sido carinhosamente alcunhado de "Governador Caipira". Ele é homem que pensa, primordialmente, no problema da roça e no do homem do campo.

Usando de criatividade, o Governo do Paraná procura soluções estaduais para a crise, levando sempre em conta a qualidade de vida das pessoas. Os dirigentes municipais, liderados evidentemente pelo governador, pesquisam junto à população a respeito de suas prioridades. Em consequência, o programa de perfuração de poços comunitários demonstra resultados positivos: pequenos distritos rurais têm hoje a oportunidade de abastecer-se de sua própria água.

Outras prioridades apontadas pelas comunidades também são atendidas, dando origem aos programas de pavimentação urbana, de saneamento, de construção de escolas, de eletrificação rural. Quanto a este programa, por exemplo, até o fim do Governo José Richa, estarão providas de eletricidade 100 mil propriedades rurais.

Graças ao empenho do Governo Estadual, o Paraná vem encontrando suas próprias soluções. Isso se deve à força do ideal, à honestidade de propósitos, à cooperação de todos na consecução dos objetivos.

Tal quadro, queremos crer, se estenderá, doravante, à Nação Brasileira. Baseado na confiança que nos têm infundido as palavras norteadoras do Presidente Tancredo Neves, temos fé em que todas as mãos dos homens públicos se entrelaçarão em esforço gigantesco, solidário, imbatível. Depositamos confiança nos novos Ministros, cujo plano de ação, conforme os estudos já divulgados, tomará corpo em medidas humanas capazes de responder aos anseios do povo brasileiro, de paz, prosperidade, distribuição de trabalho e de renda.

As primeiras dessas medidas já tomam corpo. Notícias vindas do Ministério da Agricultura nos fazem saber que o Sr. Ministro Pedro Simon apresentará ao Congresso Nacional argumentos no sentido de que sejam redirecionados os recursos gastos com subsídios ao trigo importado. Esses recursos, que alcançam Cr\$ 3,1 trilhões, seriam suficientes para fornecer à população sete milhões de toneladas de milho.

Sentimos, portanto, que é chegada a hora de adequar a orientação à realidade do povo, adotando uma política agrícola que represente uma opção preferencial pelo homem. E, temos certeza, nesta Casa, novas propostas encontrarão respaldo. Dos estudos e debates, nossa voz se juntará, na defesa do trabalhador da terra, à dos demais Senadores. E assim elevaremos o nome desta Terra de Santa Cruz, de modo que, aqui, o pão, feito do fruto da terra, seja repartido com justiça.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, queremos concluir nossas humildes palavras com a afirmação de que confiamos num futuro de paz, trabalho e bem-estar para todos os brasileiros. Esta afirmativa se assenta no trabalho que desenvolvemos. Acreditamos num futuro promissor para o Brasil mercê da capacidade dos seus homens públicos e do trabalho de sua gente que saberão elevar, cada vez mais, o bom nome da nossa terra, da grande Nação brasileira, na procura constante de dias melhores para as gerações futuras.

Esperamos contar com a ajuda de Deus, que nos dará inspiração, e dos nobres companheiros, que nos darão amparo e esclarecimento.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Octávio Cardoso — Sr. Presidente, para usar o tempo da Liderança do PDS, eu rogaria que V. Ex^a me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso.

O Sr. Alexandre Costa — Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, a Ordem do Dia já foi anunciada?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não. A Ordem do Dia não foi anunciada ainda.

O Sr. Alexandre Costa — Então, peço a V. Ex^a que anuncie a Ordem do Dia e, logo após, dê a palavra — porque está verificado que não há número — ao nobre Senador Octávio Cardoso.

O Sr. Octávio Cardoso — Sr. Presidente, muito me admira que um colega de representação tente obstar o líder da sua Bancada em usar uma prerrogativa regi-

mental, que é pedir a palavra para ocupar o tempo da Liderança em qualquer parte da sessão.

O Sr. Alexandre Costa — Sr. Presidente, eu estou utilizando o Regimento. Fora do Regimento, a Ordem do Dia já está 1 hora e 10 minutos atrasada.

O Sr. Octávio Cardoso — Surpreende-me mais uma vez, Sr. Presidente...

O Sr. Alexandre Costa — Peço a V. Ex^a que faça cumprir o Regimento Interno.

O Sr. Octávio Cardoso — ...que o Senador Alexandre Costa não tenha usado o Regimento para tirar da tribuna o orador que me precedeu, que se excedeu pelo menos 3 vezes, no seu tempo regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Se V. Ex^a me permite, eu sou pelo Regimento do Senado.

O Sr. Alexandre Costa — Ou então que fique logo assentado, na Casa, que a qualquer hora se pode pedir a palavra, mesmo preterindo a Ordem do Dia.

O Sr. Octávio Cardoso — E pode.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Eu vou ler a V. Ex^as, se me permitem, o art. 66 do Regimento Interno:

“Art. 66. Aos Líderes é lícito usar da palavra em qualquer fase da sessão, mesmo em curso de votação, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, para declaração de natureza inadiável.”

De sorte que, com fundamento justamente no art. 66, e assim não passamos a ter nova interpretação do Regimento, eu concedo a palavra ao nobre Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Nação está paralisada, presa numa unidade de sentimento, em face do estado de saúde do Presidente Tancredo Neves.

Creio que não há brasileiro, em qualquer quadrante desta Pátria, que não esteja com o seu coração voltado para São Paulo, e com as suas esperanças voltadas para Deus, a fim de que o Presidente recobre a sua saúde e assumo os pesados encargos do seu mandato.

Todavia, o dever público, o dever político nos impõe certas tarefas, e embora desejássemos adiar, o dever nos impõe que não o façamos. É Sr. Presidente e Srs. Senadores, o dever da crítica, o dever de reparo a atos do Governo que consideramos errados; o dever de exercer uma oposição construtiva e consciente, desejosa de que se cumpra o bem comum.

Eu leio, Sr. Presidente, que a Nova República reedita, sem imaginação, fatos que ontem censurou; e eu pensei que fosse um certo exagero de Millôr Fernandes quando diz que: “Se as coisas continuarem assim, a Nova República deverá pedir desculpas pelo plágio”, o plágio dos regimes militares que tanto censurou.

Vejo, por exemplo, que um grupo de jornalistas foi demitido da Empresa Brasileira de Notícias por razões históricas.

O Sr. Fábio Lucena — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Em seguida.

Ora, Sr. Presidente, considerando que em outros tempos já se demitiu por razões políticas; considerando-se que, em outros tempos, já se demitiu por razões ideológicas; considerando-se que a Nova República veio para

mudar e para regenerar, não lhe assiste, portanto, o direito de reeditar, reeditar o erro.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, relevada a cacofonia, constituída pelo “por” e pela “razão”, quando justapostos, relevado o cacófato, eu diria que V. Ex^a chega com 24 horas de atraso no protesto e na crítica que formula; porque, na sessão de ontem, em nome da Liderança do PMDB, já fiz esse reparo, com igual veemência mas, obviamente, não com tanta percuciência quanto V. Ex^a. É o aparte que gostaria de dar a V. Ex^a.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Nobre Senador Fábio Lucena, o fato de V. Ex^a ter tido o mérito de ser o primeiro não exclui o mérito que este seu modesto colega possa ter em ser o segundo. Não quero ter o mérito de V. Ex^a, quero ter apenas o direito de falar, e espero que também isso não me casse a Nova República.

O Sr. Fábio Lucena — Em absoluto.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Prossigo, Sr. Presidente. Então eu dizia que, por motivos históricos e políticos, foram demitidos esses jornalistas. E penso, Sr. Presidente, que se os brasileiros depositaram tanta esperança nos novos tempos, que os métodos devam ser outros. Eu penso que a Empresa Brasileira de Notícias, que demitiu funcionários não comissionados mas de carreira, funcionários de oito anos, portanto do Governo Geisel, um dos construtores da Aliança e da Nova República, penso que a Empresa Brasileira de Notícias deva dar ao País alguma explicação melhor do que o motivo histórico, que não se entende, e o motivo político que não se aceita.

Aliás, Sr. Presidente, quando se examina algumas decisões adotadas, como por exemplo a de nomear o novo Governador do Distrito Federal, com ato publicado no *Diário Oficial*, eu penso que as coisas não mudaram — muito ou mudaram para pior. Porque mesmo o governo censurado enviava a esta Casa o nome do governador, dos embaixadores e dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Penso também, Sr. Presidente, que não há de recomendar muito ao Sr. Ministro da Justiça investigar os porões do seu Ministério, para descobrir o piano que teria tocado Armando Falcão, que desmente, diz que não toca piano. Esse piano pode até ser não da velha, Sr. Presidente, mas da velhíssima, da antiga República, das mesmas pessoas que a Nova República reedita.

Assim, a minha Bancada espera que esses fatos, primeiro, não se repitam; segundo, que sejam explicados, porque nós precisamos acreditar que os costumes serão regenerados neste País.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a mais um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — V. Ex^a vai me obrigar a fazer outro fecho.

O Sr. Fábio Lucena — Com referência ao piano, eu quero dizer a V. Ex^a que Armando Falcão não tocava piano porque “dedo duro” não toca piano.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ora, mas quem tem dez dedos pode tocar com nove.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo, para uma breve comunicação.

O SR. HENRIQUE SANTILLO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — João Castelo — João Lobo — César Cals — Milton Cabral — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Fernando Henrique Cardoso — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Alcides Saldanha.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação do Requerimento nº 64/85 e do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 68, DE 1985

Nos termos do art. 245 do Regimento Interno, requeiro voto de congratulações com a Arquidiocese de Olinda e Recife, pela nomeação de Dom José Cardoso Sobrinho, para substituir Dom Helder Câmara, que já ultrapassara, há mais de um ano, o limite de permanência no cargo.

Sala das sessões, 11 de abril de 1985. — Nivaldo Machado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 69, DE 1985

Com fulcro nos termos do artigo 222 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, Regimento Interno, requeiro que em 9 de maio do corrente ano seja realizada Sessão Especial para comemorar os 40 (quarenta) anos da vitória das forças aliadas sobre o totalitarismo nazi-fascista.

Sala das Sessões, 11 de abril de 1985. — José Ignacio Ferreira — Alfredo Campos — Enéas Faria — Henrique Santillo — Fábio Lucena — Mauro Borges — Alcides Saldanha — Nivaldo Machado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia nos termos do art. 279, I, "b", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 70, DE 1985

Senhor Presidente,
Na forma do que faculta o artigo 239 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista estar em tramitação o Projeto de Lei nº 101/84 que tem por escopo proibir o aporte de recursos públicos a entidades finan-

ceiras privadas, solicito sejam requeridas as seguintes informações ao Poder Executivo:

1) Quais as providências administrativas e ou judiciais adotadas pelo Banco Central em função das denúncias veiculadas pela imprensa sobre a existência de fraudes nas operações externas da Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul?

2) Foi apurada a concessão de empréstimos à citada entidade acima da respectiva capacidade financeira e sem garantia real?

3) Foi apurada alguma irregularidade na aplicação dos recursos captados?

4) Foram concedidos empréstimos externos à mencionada Cooperativa, com ou sem aval oficial? Caso afirmativo fornecer os detalhes técnicos das operações bem como os contratos firmados.

5) A Cobec e a Interbrás tiveram alguma participação nos negócios da Cooperativa relacionada com exportação ou importação de mercadorias? Caso afirmativo fornecer os detalhes pertinentes.

6) Foi apurado pelo Banco Central que a Cooperativa mantém conta corrente bancária na agência de Houston (Texas-Estados Unidos da América) do Bank of America? Caso afirmativo, que diligências foram providenciadas no sentido de averiguar a licitude dos haveres depositados?

7) Tem o Banco Central conhecimento da existência de uma ação popular, movida por iniciativa de agricultores do Sul do País, pleiteando o "ressarcimento para a Centralsul de US\$ 15.000.000 (quinze milhões de dólares) incluídos ilegalmente na dívida externa"? Caso afirmativo, que providências foram adotadas?

Sala das Sessões, 1º de abril de 1985. — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Serão requeridas as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 71, DE 1985

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 4 seja submetida ao plenário em 1º lugar.

Sala das Sessões, 11 de abril de 1985. — Henrique Santillo.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Sr. Martins Filho — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sendo evidente a falta de número, a Presidência, de acordo com o Regimento Interno, vai suspender a sessão por dez minutos, fazendo soar as campainhas, a fim de que os Srs. Senadores compareçam ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17 horas e 2 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a Presidência se dispensa de proceder a verificação solicitada.

O requerimento fica prejudicado.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída do Projeto de Lei da Câmara nº 6/81; Requerimentos nºs 15, 57 e 58, de 1985; Projetos de Lei do Senado nºs 26/79, 2, 340, 18 e 320, de 1980, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Igualmente fica adiada a votação do Requerimento nº 69/85, lido no Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Voltamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A dívida social cresce, no Brasil, na mesma proporção do aumento demográfico. Nossa população aumentou, nos últimos dez anos, na proporção de dois e meio por cento anualmente, significando mais de vinte e cinco por cento no decênio, no total de quase trinta milhões de habitantes.

Se tivermos em conta que, nesse período, a produção de alimentos permaneceu estacionária, não ultrapassando os cinquenta milhões de toneladas de grãos, veremos que, a cada ano, vem diminuindo o consumo de alimentos no País, onde mais de sessenta milhões de pessoas vivem com menos de quase mil calorias diárias, quando o consumo médio do mundo é de duas mil e seiscentas calorias.

A população de famintos no Brasil é maior, em números absolutos, do que a de Biafra, enquanto se agrava o dilema: cresce o número de bocas e decresce a produção de grãos.

Na década passada, divulgava-se, na FAO, uma estatística do Exército brasileiro, segundo a qual mais de sessenta por cento dos conscritos para o serviço militar eram mandados de volta para casa, em vista da sua subnutrição aguda, resultava na quase imprestabilidade física.

Se temos a fome como a pior de todas as mazelas agravando o quadro sanitário, reduzindo a capacidade laboral, respondendo pelo número enorme das aposentadorias precoces, conseqüentes a variadas formas de doença carenciais — evidentemente ela tende a se agravar com a explosão demográfica, nascendo, anualmente, mais de dois e meio bilhões de crianças, enquanto diminuem os alimentos.

Se temos um Ministério da Previdência e Assistência Social, é preciso que ele não se limite a atender diretamente a população laboral, tanto do ponto de vista sanitário como no que tange à garantia da sobrevivência pessoal. Caberia nesse Ministério juntamente com o da Educação e da Saúde — promover uma campanha nacional sobre a paternidade responsável, instruindo os casais mais pobres para o controle da natalidade.

Só assim retomaremos o desenvolvimento econômico. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O DF Repórter do dia 10 do corrente publica uma matéria que transcrevo, quase na íntegra:

“Os titulares dos novos Ministérios navegam ao léu, tripulando uma nau sem rumo: não sabem que órgãos lhes estão subordinados, qual a extensão de seus poderes ou os limites de suas atribuições. Começam, por isso, a descartar-se dos problemas. O Ministro da Administração já declarou que as casas dos Ministros no Lago não pertencem a seu Ministério, e por isso não são problema seu. O da Habitação e Urbanismo não tem planos para o próximo reajuste das prestações e o de Assuntos Fundiários anunciou que, dentro de sessenta ou noventa dias, poderá anunciar um plano de reforma agrária. O da Cultura luta pela Funteve, tentando mantê-la em seu Ministério e o do Planejamento, no único pronunciamento que fez, anunciou que a única solução para o déficit da União é aumentar os impostos. Enfim, um mar de perplexidades.

Para nomear um Governador interino, o Ministério da Justiça teve que enviar duas mensagens ao Congresso, em dúvida sobre o termo que devia ser usado: nomear ou designar? Os Prefeitos das áreas de segurança no Rio Grande do Sul foram destituídos mas os novos não foram designados. Enquanto falta dinheiro para cobrir o déficit público que ninguém sabe de quanto é, o próprio governo anuncia que vai pôr em prática um programa de emergência de quatorze trilhões de cruzeiros! As águas invadem o Norte do País, enquanto a Esplanada dos Ministérios se transforma num enorme “camping”. A Nova República, pelo visto, continua acampada provisoriamente.”

Mas, não são estes os únicos problemas da chamada Nova República.

Tenho dito, neste plenário, que respeito a posição daqueles opositores de ontem, que defendiam ardorosamente as mudanças que julgavam necessárias. O faziam, estou certo, na convicção de que, se alcançassem o poder, as introduziriam rapidamente.

Por assim julgar, compreendo o drama de alguns vendo que as ideias de mudanças, para muitos, não passavam de um “slogan” bem concebido. Ao chegarem ao poder, os discursos de ontem foram sendo esquecidos.

Sem querer entrar no mérito da questão jurídica, não poderia passar sem restrições sérias dos que desejam ver o Congresso com suas prerrogativas restabelecidas, o último episódio da nomeação ou designação do Governador de Brasília sem a prévia audiência do Senado. Vejo alguns daqueles que vibrantemente “chicoteavam” as autoridades de então pelos seus arroubos autoritários, serem, hoje, levados a utilizarem sua inteligência para, com artifícios legais, defenderem a demonstração de autoritarismo do atual Governo, que dizendo agir em defesa de sua autoridade, que não poderia ser arranhada por uma improvável recusa à sua indicação, resolvera fazer a designação do novo Governador sem que esta passasse pelo julgamento do Senado. São velhos argumentos tentando justificar atos novos de autoritarismo.

Indubitavelmente, o Congresso foi desprestigiado e, lamentavelmente, o Senado, por sua maioria, acomodou-se e não exerceu sua prerrogativa constitucional.

Foi este um episódio que não honrou as intenções daqueles que diziam lutar pelo fortalecimento do Legislativo.

Mas, Srs. Senadores, o que me fez vir à tribuna, no dia de hoje, foram notícias, cada vez mais insistentes, de que os novos senhores da República começam a considerar

sem importância seus compromissos de realizar eleições nas capitais em 1985. Já começam a tocar velhas músicas de antigos realejos argumentando que as eleições serão muito dispendiosas e que, sendo necessário combater a inflação, não será possível realizá-las.

Outros dizem que as eleições serão perigosas para a concretização da união dos partidos que compõem a Aliança Democrática. Afirmam que elas serão responsáveis, se ocorrerem, pela separação definitiva do PMDB e o PFL nos diversos Estados. Esquecem-se do compromisso sagrado do Presidente Tancredo de realizar essas eleições ainda este ano.

Temos que unir nossas forças e os senhores Senadores da maioria que desejam manter seus compromissos têm que ficar atentos às manobras daqueles que, acomodados nos postos governamentais, já começam a manifestar seu horror em relação às eleições diretas a qualquer nível. Já não se aceita mais derrubar, de imediato, o colégio Eleitoral, e agora já começam as manifestações contra as eleições municipais deste ano.

Vamos, pois, unir nossos esforços para derrotarmos os que não querem ouvir a manifestação do povo.

A hora é de mudar. Mudar para melhor e não se admite retrocessos nem novos casuísmos. O interesse geral terá que prevalecer sobre qualquer tipo de interesse partidário. Afinal, estamos ou não no que resolveram denominar de Nova República?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lenoir Vargas.

O SR. LENOIR VARGAS (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Recebi ofício do Sindicato dos Engenheiros no meu Estado, formulando reivindicações lastreadas no propósito firme “de participar do processo de reformulação da política”, particularmente no aspecto de seu direcionamento “das atividades que envolvem conhecimentos técnicos de engenharia”.

Entendem os engenheiros catarinenses que, assumindo essa posição, mais por dever do que por direito, estão contribuindo para valorizar os profissionais do setor, que há muito reclamam uma participação ampliada “nas atividades de projetos, consultorias e execuções de obras” no Estado.

Propugnando pela reativação do mercado de trabalho, afirmam que “podem e devem ocupar, individualmente ou através de empresas”, empregos, cargos e funções nos quais são exigidos conhecimentos técnicos, específicos da área de engenharia.

Para tanto, do documento firmado por seu Presidente, Carlos Alberto Ganzo Fernandez, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina alinha as seguintes proposições:

- a) que as decisões passem pelas entidades locais que possam fornecer subsídios técnicos confiáveis;
- b) que as obras e serviços prioritários e urgentes sejam executados de imediato, como por exemplo as de contenção das cheias nas diversas bacias hidrográficas do Estado, despoluição da Região Sul do Estado, etc.;
- c) que as empresas catarinenses não sejam preteridas em nenhuma obra ou serviço técnico para as quais seus acervos sejam suficientes;
- d) que os assalariados tenham direitos reconhecidos e seus serviços valorizados nas empresas públicas, estatais e de economia mista;
- e) que a engenharia catarinense seja convocada para participar de todas as decisões que envolvam atividades afins em nosso Estado;
- f) que, a nível nacional, os engenheiros catarinenses sejam convocados para participar da reformulação da política industrial, agrária, habitacional, de urbanismo, de transportes, de serviços urbanos, de saneamento, de

informática, de telecomunicações e de todos os assuntos para que, tecnicamente, tenham capacidade de contribuir.

Ao consignar o pleito dos engenheiros catarinenses na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, desejo convocar para o seu estudo tantos quantos, nas diferentes esferas de poder, reconhecem a desalentadora situação desses profissionais — há tantos anos amargando as dificuldades de um mercado de trabalho em constante retração —, e podem, a nível decisório, dar-lhes adequado e pronto atendimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PDS — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Sindicato dos Estivadores do Estado de Rondônia marcou, de forma relevante, sua participação no IV Congresso Nacional da categoria, reunido em Brasília entre os dias 19 e 21 do mês de março último.

Efetivamente, os participantes do conclave promovido pela Federação Nacional da classe saudaram com efusivos aplausos a iniciativa da diretoria daquele Sindicato, liderada pelo Presidente Francisco Chagas de França, de oferecer tese à apreciação do plenário, sobre a momentosa questão da “obrigatoriedade do engajamento de estivadores nas operações de carga na navegação interior”.

Trata-se de estudo percutiente acerca do drama vivido pelos estivadores da Amazônia, há alguns anos submetidos ao regime da Estiva Livre, que lhes impede o acesso a um mercado de trabalho cada vez mais restrito e discriminatório.

No porto da Capital do meu Estado, por exemplo, os contratadores de serviços de estiva ignoram a mão-de-obra dos profissionais qualificados, privilegiando com a pouca ocupação os tripulantes de embarcações e outras pessoas estranhas a esse tipo de trabalho.

A origem do problema prende-se ao advento do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que em seu artigo 22 permite a realização dos serviços de estiva, de vigilância portuária, de conferência e conserto de mercadorias transportadas por embarcação nacional de navegação interior, integrante ou não de comboio, pela respectiva tripulação.

Contrariando os princípios constitucionais da Ordem Econômica e Social, dentre os quais o da valorização do trabalho como condição da dignidade humana, e o da expansão permanente das oportunidades de emprego produtivo, restringiu-se por essa norma o mercado de trabalho do estivador, mediante a faculdade de utilização de sua mão-de-obra.

Assim, a própria tripulação da embarcação, empregada de modo permanente e exclusivo no transporte conjunto de pessoas e mercadorias passou a executar o serviço de estiva, marginalizando do mercado de emprego sobretudo os estivadores do Norte-Nordeste.

Resulta cristalino dessas considerações que o artigo 22 do Decreto-lei nº 5/66 lesiona o justo direito da classe, que há quase 20 anos reivindica medidas judiciais ou legislativas que restaurem a situação legal vigente antes de 4 de abril de 1966.

A tese em comento, a propósito, conclui pelas seguintes opções: na primeira, o Sindicato formularia representação à Procuradoria Geral da República, visando a obter do Supremo Tribunal Federal uma interpretação definitiva e incontroversa das disposições reguladas no citado artigo 22; e, na segunda, seria procurada a solução legal, consistindo basicamente na revogação do dispositivo apontado.

Parece-me, Sr. Presidente, que a segunda hipótese atende melhor o pleito dos estivadores, porquanto uma nova lei, ao revogar o artigo 22 mencionado, anularia mais rapidamente as injustas restrições ao trabalho dos

estivadores, e as causas do retrocesso nas suas conquistas sociais.

Com esse objetivo, por sinal, está em curso o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1983, no presente momento aguardando Parecer da Comissão de Transportes desta Casa, recomendando-se tão-somente o aceleração de sua tramitação.

É o que venho pedir neste instante. Ao visualizar um quadro onde milhares de trabalhadores não têm como prover o próprio sustento, nem tampouco alcançam minimizar a fome de suas numerosas famílias, urge que seja revertida a situação criada pelo Decreto-lei nº 5/66.

Assegurar-se-á, assim, que o estivador amazônida afinal recupere o seu direito ao trabalho, e conseqüentemente, às condições de uma existência a que não falta um mínimo de dignidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 64, de 1985, de autoria do Senador Milton Cabral, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Preservar a Constituição", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 9 de abril de 1985.

— 2 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui a Semana do Jovem e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 429 e 430, de 1984, das Comissões — de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela inoportunidade, com voto vencido, em separado, do Senador Guilherme Palmeira; e

— de **Educação e Cultura**, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

Ata da 39ª Sessão, em 11 de abril de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 64, de 1985, de autoria do Senador Milton Cabral, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Preservar a Constituição", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 9 de abril de 1985.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Peço verificação de quorum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sendo evidente a falta de quorum, a Presidência suspende a sessão e fará acionar a campanha por alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está reaberta a sessão.

Persiste a falta de número. A votação do requerimento fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui a semana do jovem e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 429 e 430, de 1984, das Comissões

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela inoportunidade, com voto vencido, em separado, do Senador Guilherme Palmeira; e

— de **Educação e Cultura**, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada esta, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 1983

"Institui a Semana do Jovem, e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a Semana Nacional do Jovem, a ser comemorada nos últimos sete dias do mês de setembro de cada ano.

Art. 2º Anualmente, na semana referida no artigo anterior, todos os órgãos de comunicação do País reservarão espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e sua importância na vida nacional.

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino de todos os níveis desenvolverão, na época, sob a orientação do Ministério da Educação e Cultura, palestras, conferências, campanhas, concursos de redação e jogos, tendo por motivo a juventude.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1981 (nº 237/79, na Casa de origem), que fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias, tendo

Parecer favorável, sob nº 190, de 1981, da Comissão — de **Legislação Social**.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 37/85, dos Senadores Roberto Campos e José Ignácio Ferreira, de adiamento da votação para o dia 18 de abril de 1985.)

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 57, de 1985, de autoria dos Líderes Gastão Müller e Moacyr Duarte, requerendo, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício S/2, de 1985, do

Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de crédito externo no valor de cinquenta milhões de dólares.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 58, de 1985, de autoria dos Líderes Gastão Müller e Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº S/8, de 1985, através do qual o Prefeito Municipal de Anápolis (GO), solicita autorização do Senado para que aquela Prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares).

5

Votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Pareceres, sob nºs 184, e 185, de 1984, das Comissões — de Constituição e Jurista, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e de Legislação Social, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a escola e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior, tendo

Pareceres, sob nºs 747 e 748, de 1981, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, com voto vencido, em separado, o Senador Moacyr Dalla; e — de Educação e Cultura, favorável.

7

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1980, de autoria da Senadora Eunice Michiles, que acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional, tendo

Pareceres, sob nº 445 a 447, de 1984, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — de Legislação Social, favorável; e — de Finanças, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Jorge Kalume.

8

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do art. 296 do regimento interno), do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico, tendo

Pareceres, sob nº 1.032, de 1980 e nº 415, de 1984, da Comissão: — de Constituição e Justiça, 1º Pronunciamento: Pela inconstitucionalidade; 2º Pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) — ratificando seu parecer anterior.

9

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurí-

dica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NIVALDO MACHADO NA SESSÃO DE 9-4-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, para um encontro, hoje, com o Ministro da Educação Senador Marco Maciel, encontram-se em Brasília todos os Secretários de Educação dos diversos Estados do País. Antes de referir-me, mesmo em poucas palavras, à importância desse encontro, traduzida pelos objetivos que tem em vista, quero registrar a atividade da Secretaria de Educação de Pernambuco, cujo titular, Professor Edgar Matos, participa dessa reunião.

No Recife, poucos dias antes de sua vinda a esta Capital, prestou, o competente Secretário de Educação de Pernambuco, declarações à imprensa, dando conta do trabalho realizado à frente daquela pasta. Esta razão pela qual, neste ensejo, resolvi pôr em destaque a atuação do Governo de Pernambuco no setor. É oportuno salientar a preocupação constante do Governador Roberto Magalhães no tocante à problemática educacional do Estado. Pelo número de escolas construídas nos últimos dois anos, o Chefe do Executivo pernambucano dá provas suficientes do seu empenho e da sua sensibilidade em relação a esse assunto.

O que foi realizado nesse campo da administração reveste-se da maior importância, em decorrência do fato de que são poucos os recursos de que dispõe o Erário, não só para atender à demanda do ensino, como também de outros serviços e obras públicas.

Os números que pôde apresentar ao povo pernambucano demonstram à sociedade que S. Exª o Governador Roberto Magalhães vem se impondo como um governante capaz, probo e eficiente, o que justifica o alto conceito de que goza, hoje, não só no Estado, como em todo o Brasil.

Dentro da filosofia que se traçou à frente da administração, o Professor Roberto Magalhães, em vez das grandes obras pelo aspecto físico, optou pela execução do que chamou de pequenas grandes obras, pelo seu alcance social e humano. Assim, o Governador Roberto Magalhães vem dando cumprimento a essa meta e, fiel à orientação estabelecida, S. Exª colocou a educação como problema de primeira ordem e da sua mais constante preocupação.

De modo que, quando o Sr. Ministro Marco Maciel, numa louvável iniciativa, reúne Secretários de Estado de todo o País, ligados ao setor, para dar o testemunho do seu interesse e, sobretudo, da sua preocupação em cumprir, no Ministério pelo qual é responsável, o grande programa de ampliar as oportunidades de ensino para as mais vastas camadas da população, e fazê-lo a partir do que é fundamental, o ensino básico, o 1º grau, é oportuno que se dê o devido relevo a essa diretriz. Impôs-se o Sr. Ministro, como se vê, o compromisso de tornar exequível o dispositivo da Constituição Federal que determina a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário entre 7 e 14 anos. Seria desnecessário dizer que, para tanto, o Ministério da Educação precisa de vultosos recursos.

Há pouco tempo, na primeira entrevista concedida à imprensa, o Ministro Marco Maciel já fez sentir que a

despesa com educação não pode ser considerada simplesmente como gasto, mas como investimento, investimento em setor fundamental, investimento em recursos humanos, investimento que, por isso mesmo, dará, em prazo curto, o retorno no preparo do homem, possibilitando, desse modo, a retomada do processo de desenvolvimento econômico do País, a passos largos, mesmo numa hora de crise, para compensar o atraso dos últimos anos em que o PIB cresceu em percentuais modestos.

É claro que vivemos uma crise financeira, que tem como base a própria crise mundial, mas é fato também que o nosso País não pode ficar adstrito às receitas determinadas ou sugeridas pelo FMI. Precisamos crescer a percentuais maiores para permitir que o Brasil, cuja população cresce de maneira explosiva, tenha o produto interno bruto, a produção suficiente, a fim de que possa ser dividida em termos de justiça social, para garantir a cada brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana, que não pode ser restrito a mínimas e a grupos privilegiados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta hora, quando o Ministro se propõe a dar maior embasamento ao setor fundamental do ensino, esta Casa não pode ficar indiferente a esse fato e haverá de registrá-lo, não só pela minha modesta contribuição, mas pelo apoio que o Senado vem dando ao problema da educação.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NIVALDO MACHADO — Ouço com prazer o nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Nobre Senador, em nome da Bancada do PMDB, e por ordem do meu Líder Humberto Lucena, eu trago a solidariedade desta Bancada para a tese que V. Exª defende, fazendo pequenas observações de caráter pessoal: Eu acho que desenvolvimento da educação — educação no sentido amplo da palavra — está vinculado ao desenvolvimento econômico; nenhum povo pode ter grande desenvolvimento econômico, por exemplo à moda da Suíça, senão tiver um desenvolvimento educacional. De modo que a educação, a meu ver, é a prioridade número um de qualquer país que queira se desenvolver. E o Senador Marco Maciel, nosso companheiro que está hoje liderando este Ministério, tenho certeza, possuirá a sensibilidade necessária para perceber que o investimento que fará na educação de forma total e global, dentro do sistema orçamentário brasileiro, fará com que nós possamos ter o início de um novo desenvolvimento, o educacional, que dará como produto principal o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social deste País. Muito obrigado a V. Exª

O SR. NIVALDO MACHADO — Senador Gastão Müller, registro, com muito prazer, o aparte de V. Exª que, honrado, incorporo às minhas considerações, porque é valiosa a contribuição que acaba de trazer, colocando o problema nos seus devidos termos. Na verdade, não pode haver desenvolvimento sem educação. É necessário, portanto, que passemos a crescer a percentuais mais elevados, a fim de permitir maior poder aquisitivo à população, que se desloca para os grandes centros, dentro do fenômeno da urbanização, possibilitando os meios necessários à conquista da educação.

De maneira que, como a urbanização é a característica da civilização moderna, então devemos lutar por um crescimento econômico cada vez maior, a fim de que se possa assegurar uma melhor qualidade de vida, tanto à população urbana, quanto à rural.

Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Gastão Müller, e continuo fazendo algumas considerações em torno desse problema.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem dúvida alguma, o problema da educação — e eu não precisaria aqui

lembrar — passou a merecer, sobretudo a partir de 1920, maior atenção do poder público, pela palavra mormente quando o grande brasileiro Miguel Couto, em conferência que pronunciou à época no Rio de Janeiro, afirmou: "No Brasil só há um problema nacional: o da educação do povo". E Miguel Couto, nessa conferência, aludia ao mutismo, norma rigorosa de um convento, em que os monges, ao se entrecruzarem, proferiam apenas estas palavras: "Lembrai-vos da morte, irmãos!" Por isso, naquela oportunidade, Miguel Couto, num dramático apelo, parodiando aquele costume monástico, exclamou: "Lembrai-vos da educação, brasileiros!" No ensejo, propôs ao Governo criasse o Ministério da Educação, o que somente foi feito após a Revolução de 1930.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NIVALDO MACHADO — Com muito prazer, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Primeiramente, mais uma vez, quero cumprimentar V. Ex^a por trazer a esta Casa um assunto dos mais palpitantes, porque a educação é fundamental na vida de um povo. Eu, certa vez, recitei aqui um pensamento de um pensador francês, "que só a educação liberta o ser humano". e o que se faz hoje nada mais é, nobre Senador — eu gostaria de ressaltar a sua última frase — do que continuar o programa dos Ministros anteriores, em que pese o meu respeito a V. Ex^a e ao Ministro da Educação atual, meu nobre colega e amigo Marco Maciel, que até há três ou quatro meses era da velha República, ele mesmo colaborou com a velha República, como Governador, como Senador eleito pelo Partido da velha República; o que se quer hoje não é jogar pedra no passado, o que temos que fazer hoje é reunir as pedras e construir o edifício do futuro, o que nós queremos é colaborar com o atual Governo, todos nós, mormente em se tratando de um assunto fundamental que é a educação. Queremos colaborar com o Ministro Marco Maciel, e queremos que S. Ex^a, com a sua boa vontade, com a probidade que o caracteriza, ultrapasse os seus antecessores. É isso que desejamos, e que no futuro o seu substituto também ultrapasse, porque é para o bem do Brasil. A V. Ex^a, portanto, os meus cumprimentos e os votos de que o eminente Ministro Marco Maciel faça uma administração que chame a atenção do Século XX.

O SR. NIVALDO MACHADO — Nobre Senador Jorge Kalume, muito grato a V. Ex^a e, com todo prazer incorporo o seu aparte lúcido e procedente às palavras que estou pronunciando. Reservo-me, apenas, o direito de lembrar, mais uma vez, que não estou pondo em confronto o Governo passado com o Governo atual, em termos de educação. De forma nenhuma o fiz, e longe de

minim a intenção de colocar, em plano secundário, a atuação dos Governos anteriores, no tocante a esse problema.

Sei perfeitamente que, de uns anos a esta data, muito se fez em termos quantitativos: o número de matrículas aumentou consideravelmente. Acontece que sua estrutura não acompanhou as necessidades da demanda e isso deu, como consequência, a má qualidade do ensino.

Esta a explicação que desejo dar a V. Ex^a pela atenção e pelo respeito que merece o nobre companheiro de representação popular.

O Sr. Jorge Kalume — Muito obrigado. Eu gostaria de adicionar ao assunto que V. Ex^a está abordando, repetindo, o que eu disse, há poucos dias, ao eminente colega Aderbal Jurema, até a título de sugestão, de que entre o estudante e a escola há um vazio, há um hiato que precisa ser preenchido e que se chama fome. Grande parte da população estudantil é mal alimentada ou passa fome, e um estudante mal alimentado ou sofrendo os rigores da fome não pode assimilar. É um problema que tem que ser olhado com muita atenção, com muito carinho. Hoje já temos, por exemplo, a merenda escolar,...

O SR. NIVALDO MACHADO — E é a fome a responsável exatamente pela evasão.

O Sr. Jorge Kalume — ... que é uma criação antiga, não sei de quantos anos, de que Governo ela veio, se foi do tempo de Getúlio Vargas. Eu sei que a merenda escolar veio preencher um pouco esse vazio. Mas precisamos também desenvolver outros setores para que os pais desses estudantes tenham melhores condições alimentares em casa. É esta a sugestão que queria apresentar a V. Ex^a

O SR. NIVALDO MACHADO — Mais uma vez, Senador Jorge Kalume, registro o aparte de V. Ex^a. Em prosseguimento, concordando com a sua colocação, quero dizer que senti de perto o problema de falta de merenda, nos idos de 1960, quando Prefeito de Olinda. Nessa ocasião verifiquei, exatamente, a diferença existente entre o aluno que passou a receber merenda escolar e aquele que, até então, não a recebia.

Desejo, também — não só dando como procedente a colocação de V. Ex^a — dizer que o Encontro promovido pelo Ministro Marco Maciel, com o apoio dos Secretários dos Estados, tem em vista a implementação total do mandamento constitucional, já referido, principalmente porque a emenda de autoria do Senador João Calmon assegura maiores recursos financeiros.

Assim, apenas para concluir, gostaria de chamar a atenção para o fato de que na base dos objetivos desse Encontro está a preocupação de redefinir o papel "sócio-político" do espaço educativo onde se dá o 1º grau.

De igual modo empenha-se de acordo com a orientação do Ministério, seguido pelo competente Professor Aloysio Sotero, Secretário de Ensino de 1º e 2º graus, em "atribuir à Escola o papel de formadora do espírito crítico, promotora da capacidade de pensar, de ler a realidade e de transformar a Escola num lugar privilegiado do exercício da cidadania, com sentido e consciência sócio-política".

De maneira que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ditas estas palavras com que espero ter justificado este registro...

O Sr. Jorge Kalume — Permita-me, V. Ex^a, para completar o meu raciocínio anterior. Considerando-se o Orçamento do Brasil deste ano, Orçamento da União, de 88 trilhões e fração — 89 trilhões — se cumprida a Emenda Constitucional João Calmon nós vamos carrear para o Ministério da Educação quase 12 trilhões de cruzeiros. Embora não seja uma grande soma para um setor como a educação...

O SR. NIVALDO MACHADO — Mas é considerável.

O Sr. Jorge Kalume — ... todavia, acredito que irá contemporizar ou ajudar ao seu Ministro a levar a efeito, pelo menos, parte do seu programa. É essa lembrança que queria dar no meu aparte.

O SR. NIVALDO MACHADO — Muito obrigado, mais uma vez, a V. Ex^a e, sem dúvida nenhuma, se houver essa disponibilidade, essa tarefa, que é urgente, será cumprida.

Considero justificado esse registro, que fiz para dar conhecimento ao Senado do realizado em pouco tempo e com poucos recursos, no setor da educação, pelo Governador Roberto Magalhães, e destacar o esforço do Ministro da Educação, para a colaboração daqueles que vão ser responsáveis pela implementação, pela execução dessa tarefa para atingir esse grande objetivo, básico para a nacionalidade brasileira.

Muito obrigado! (Muito bem!)

ATA DA 22ª SESSÃO, REALIZADA EM 25-3-85 (Publicada no DCN (Seção II) de 26-3-85) Retificação

No Expediente da sessão, no autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1985 (nº 4.794/84, na Casa de origem)

Na página nº 0382, 1ª coluna, na ementa do projeto, Onde se lê:

Altera a Lei nº 6.657,...

Leia-se:

Altera a Lei nº 6.567,...